

Compra

-6. MAI 2010

N.º 13

LISBOA, 6 DE NOVEMBRO DE 1924

ANO I

Director
Oliveira Tavares

Editor
Joaquim Araujo

Propriedade da Empresa
de Publicidade Colonial, L.ª

GAZETA

DAS

COLONIAS

Composto e Impresso
Rua do Seculo, 150

Publica-se ás 5.ªs feiras

Redação e Administração
R. Diario de Noticias, 44, 1.º

SEMANARIO DE PROPAGANDA E DEFEZA DAS COLONIAS

ETNOGRAFIA COLONIAL



S. TOMÉ— Angolares indigenas de S. Tomé nas suas caracteristicas casas de taboas de pau caião (Urophyllum insulare)

COLABORADORES

Albano A. Portugal Durão (antigo ministro), Maj. A. Cifka Duarte (Ex.^{mo} Director da Aeronautica Militar), Dr. Alexandre de Vasconcellos e Sá (antigo ministro), Engenheiro Alfredo Augusto Freire de Andrade (antigo gov. colonial), Dr. Alvaro Xavier de Castro (antigo gov. colonial), Dr. Antonio Gonçalves Videira (Beira-Moçambique), Antonio José Pires Avelanoso, Alm. Antonio J. A. F. Pinto Basto, Major Antonio Leite de Magalhães (antigo gov. de distrito), Antonio Pinto Teixeira (antigo gov. de districto), Maj. Antonio Ribeiro de Carvalho (antigo ministro), Eng. Antonio Vicente Ferreira (antigo ministro), Dr. Armando Cortesão, Dr. Armino Monteiro, Artur Tamagnini de S. Barbosa (antigo gov. colonial), Aires de Ornelas e Vascoaceos (antigo ministro), Cap. Carlos T. A. dos Santos, Dr. Carlos Amaro, Cap. ten. Carlos Pereira (antigo governador colonial) Eng. Carlos Roma Machado, Carlos Oscar da Silva, Eng. Carlos de Sá Carneiro, Al. Carlos Viegas Gago Coutinho, Dr. Constantino José dos Santos (senador), Dr. Egidio Inso, Alm. Ernesto Julio de Carvalho e Vasconcelos, Dr. Fernando Emídio da Silva, Dr. Francisco Anacleto da Silva (Ser. l. r por Macau), Maj. Francisco C. Aragão, Eng. Francisco da Cunha Rego Chaves (antigo ministro), Maj. Francisco Pedro Curado, Eng. Francisco Pinto da Cunha Leal (antigo ministro), Heitor Eugenio de Magalhães Passos (inspector escolar) Ten. Cor. do E. Maior Henrique Pires Monteiro, Cap. Ten. Henrique Monteiro Corrêa da Silva (antigo governador colonial), Dr. João Camoesas (antigo ministro), Cap. João Guilherme de Menezes Ferreira, Cap. João Luiz de Moura, Ten. Cor. João Maria Ferreira do Amaral, Dr. João dos Santos Monteiro, Eng. João Tamagnini de S. Barbosa (antigo ministro), Gen. José Augusto Alves Roçadas (antigo governador colonial), Maj. José A. de Melo Vieira, Dr. José Bonevides, Dr. José Caeiro da Mata, Cap. Ten. José E. Carvalho Crato, Dr. José O. Ferreira Diniz, Maj. José Tristão de Bottenecourt, Luiz de Menezes Bragança, (India), Luiz Moita, Dr. Manuel de Brito Camicho (antigo Alto Comissario em Moçambique), Dr. Manuel Fratel, Manuel Ferreira da Rocha (antigo ministro), Mariano Machado (antigo Director da C. F. de Benguela), Dr. Roberto Bruto da Costa (India), Paulino dos Santos Gil (Lourenço Marques) Tomé de Barros Queiroz (antigo ministro).

AGENCIAS

A Gazeta das Colonias tem já definitivamente estabelecidas as seguintes agencias:
No Continente: — Para o Porto e Norte do Paiz — Os Ex.^{mos} Srs. Dias Pereira & C.
Nas Colonias: — Para a Provincia de Angola: — A Empresa de Publicidade «Angola». Lim.^a.
 Para a Provincia de Moçambique. — *Lourenço Marques:* Ex.^{mo} Sr. Aniano Mendes Serra (com acção nos distritos de Gaza, Quelimane e Tete). *Moçambique:* Ex.^{mo} Sr. Antonio Fernandes da Silva. *Inhambane:* Ex.^{mos} Srs. A. Cruz, Limitada. *Manica e Sofala:* Ex.^{mo} Sr. Luiz Pereira Eduardo.
 Para a India: — O Ex.^{mo} Sr. Dr. Roberto Bruto da Costa.
 Para Macau: — O Ex.^{mo} Sr. Pedro Nobasco da Silva Junior.
 Nas restantes provincias: agencias provisórias.



Aos nossos estimados assinantes

Com o presente numero termina a série de 13 números, que deveria corresponder ao 1.^o trimestre de vida da GAZETA DAS COLÓNIAS.

Dificuldades várias tornaram impossível a regularidade que desejavamos manter na publicação; entre elas predominou a dificuldade de aquisição de papel apropriado e por virtude do receio de que nos viesse a faltar em absoluto esse indispensavel elemento, resolvemos reduzir o numero de paginas de 32 a 24.

Não tendo podido remover completamente as dificuldades existentes, no sentido de conseguir a maior regularidade na publicação e de, ao mesmo tempo, restituir á GAZETA o seu primitivo numero de paginas, resolvemos, ao entrar na segunda série, fazer a publicação quinzenalmente.

Com isto não deverão ser prejudicados os nossos estimados assinantes, pois que **continuando a assinatura a fazer se por séries de 13, 26 e 52 numeros, o dispendio será o mesmo, simplesmente correspondendo a um maior periodo de tempo.**

Procedendo assim, não só procuramos evitar as conseqüencias das dificuldades com que temos lutado, mantendo na publicação a regularidade que convem, mas cedemos a sugestões de numerosos amigos nossos, que entendem que por esta forma se pode satisfazer a missão que a GAZETA se impôs, porventura com a vantagem duma possível melhoria, que vamos procurar realizar.

Assim a partir deste numero se á a publicação da GAZETA DAS COLONIAS feita quinzenalmente, passando a série de 13 numeros (que continua a ser a base da nossa cobrança), a corresponder a 1 semestre e voltando cada numero a sair com 32 paginas.

A AGENCIA GERAL DAS COLONIAS

A CERCA do artigo que, sob esta epigrafe, aqui publicámos, recebemos do sr. Pires Avelanoso uma carta, a que gostosamente damos publicidade.

Contesta o nosso illustre correspondente e presado colaborador, que a Agencia Geral de Angola se instituisse e funcionasse sem reparos, visto que S. Ex.^a, em artigos varios e no relatório duma comissão da Sociedade de Geografia de Lisboa, impugnou sempre a legalidade de tal instituição.

Por um lamentavel acaso, não tínhamos tido conhecimento da opinião exposta pelo sr. Pires Avelanoso, pois que se assim não fosse, não teríamos emitido o registo dessa opinião, que de resto é, como vemos, absolutamente concorde com a nossa; o facto, porém, de os protestos de S. Ex.^a se terem produzido com os poucos resultados que o seu proprio autor lhes assigna, vem reforçar o que pretendíamos acentuar, pois demonstra não só, que nos meos officiais a que nos queríamos referir — por ser neles que tais assuntos devem ser estudados e resolvidos, não se tinha levantado quaiquer reparo, mas ainda que os protestos de S. Ex.^a não encontraram nesses meios a natural repercussão.

Dada esta explicação e registando com prazer a justiça que o sr. Pires Avelanoso nos faz, quando nos julga incapazes de faltar á verdade, passamos a transcrever a carta a que nos reportamos, visto conter algumas considerações interessantes e por entendermos que assim satisfazemos os desejos de S. Ex.^a:

... Sr. Director da «Gazeta das Colonias»:

No numero 11, da sua conceituada «Revista», subordinado ao titulo—A Agencia Geral das Colonias,—vem um artigo de critica e censura á instituição daquele organismo, creado ao abrigo do n.º 3.º do Diploma Legislativo Colonial n.º 31, e, regulamentado, pelo Diploma Colonial n.º 43.

Concordo quasi, em absoluto, com a doutrina expendida no mencionado artigo, e nada teria a opôr, se V.... não dissesse que a Agencia Geral de Angola, «funcionou ostensiva-

mente, em Lisboa, durante 3 anos, sem que se levantasse qualquer reparo sobre a legalidade da sua instituição, nem mesmo durante as violentas discussões que á volta da sua acção se travaram».

Para provar que houve alguém que discordou e combateu a criação daquela Agencia, por a julgar ilegal, eu podia lembrar a V.... os inumeros artigos que tive a honra de publicar, nos jornais de Lisboa,—«Republica», «Tarde» e «O Jornal», entre outros, naquella sentença.

Nesses artigos, procurei demonstrar por todas as formas e feitios, que a criação da Agencia Geral de Angola, era não só ilegal, illegalissima, visto que os Altos Commissarios só tinham atribuições dentro da área da sua jurisdição, isto é, dentro das colonias que administravam!

Se ninguém fez caso das nossas palavras que culpa temos nós disso?

O que não se pôde dizer, sem offensa da verdade, e, decerto, não é muito da «Gazeta das Colonias» faltar a ella, e que não se tivessem levantado reparos á ilegalidade daquela instituição.

Mas não foi só em jornais e em conversas particulares e publicas, que emitimos a nossa opinião, acerca da ilegalidade da criação e funcionamento da Agencia Geral de Angola.

Em 5 de Julho de 1922,—veja desde quando vem já a nossa discordancia com respeito á legalidade da Agencia!—, diziamos nós, como relator de uma comissão nomeada, pela benemerita Sociedade de Geografia de Lisboa, para «examinar a situação especial em que neste momento se encontram as provincias de Angola e Moçambique, sob o regimen dos Altos Commissarios e as Bases Organicas da Administração Civil e Financeira, que com os Altos Commissarios se relacionam, o seguinte:

«Serão excessivas, serão prejudiciaes talvez, até para as proprias co-

lonias, essas atribuições, mas emquanto se conservar tal regimen, forçoso é confessar que os Altos Commissarios não terão exorbitado das suas atribuições.

Mas poder-se-ha dizer o mesmo, continuavamos, quando legistam ou decretam no sentido de alterar as relações da Colonia com a Metropole ou com as outras colonias?

Ou, ainda, quando ueciam as convenções internacionais?

Poderão os Altos Commissarios, como estão fazendo, criar agencias ou quaesquer outros serviços, na metropole, ou no estrangeiro, sem previa autorisação do Governo, que para o caso e o Ministro das Colonias?

Neste ponto, é minha opinião, que os Altos Commissarios foram alem das suas atribuições, instituindo essas agencias ou serviços, sendo aias necessarias, mas, unicamente, com caracter economico».

E em uma das conclusões tambem por nos apresentadas á 4.ª secção se não estamos em erro, uizemos, por fim:

«Não conviria legalisar de uma maneira inequivoca, as agencias colonias, estabelecidas na metropole, com simples caracter economico, autorisanáo a criação de outras, possivelmente necessarias, ficando sempre porem sujeitas á fiscalização do Ministerio?»

Ja vê o illustre Director da «Gazeta das Colonias» que houve alguém, que levantasse reparos sobre a legalidade da instituição da Agencia Geral de Angola, embora com pouco frutto, pois a extinção, dessa Agencia, foi devida principalmente, senão exclusivamente, á falta de combustível para alimentar aquella fornalha, de nada servindo as campanhas ou discussões violentas que se travaram á volta da sua acção.

Se eu até cheguei, num artigo publicado em «O Jornal», a oferecer um doce a quem me provasse que era legal a criação daquela Agencia! E ninguém o quiz ganhar.

Mas será mais legal do que a antiga, a nova Agencia Geral das Colonias, criada pelo sr. Bulhão Pato, e de que tanto se tem falado ultimamente?

Quer-nos bem parecer que não.

A Agencia Geral das Colonias é duplamente ilegal, como é facil de demonstrar.

Não pode fazer parte da Direcção Geral dos Serviços Centrais, porque o Ministro não está autorizado a reorganizar o Ministerio; e não pôde ser considerada como um serviço das Colonias, porque, para isso, era necessario consultal-as previamente, visto que só ellas podem dispôr do seu orçamento; e tal não aconteceu.

E contudo, esta Agencia como a outra, não morre porque a sua criação seja ilegal. Morre, da mesma forma e pelos mesmos motivos, porque morreu a de Angola,—por falta de verba para a sua sustentação, e exclusivamente por isso!

Na nova publicação, retificada, do primitivo diploma, que criou a Agencia Geral das Colonias, o artigo 33.º determina: «O presente diploma é de

caracter provisório, não permitindo qualquer aumento de despesa para a Metropole nem a obrigatoriedade para as colonias, e devendo oportunamente ser nele introduzidas as modificações que a experiencia e a prática aconselharem, para constituirem o regulamento definitivo».

Como se ha-de, então, sustentar esta instituição, cuja despesa, annual, sómente com o pessoal, é superior a mais de 200.000\$00?

E, realmente, necessaria a criação do organismo a que se refere o artigo 3.º do diploma Legislativo colonial n.º 31, de 29 de Julho passado.

Todos os paizes coloniais tem ins-

 PROCURAM REPRESENTANTES
 — PARA A VENDA DE —
 PERFUMARIAS, PASSAMA-
 NARIAS E ARTIGOS DE PA-
 — — — PELARIA — — —

Cruz Ma ioh' & Cast' uheir', Limitada
 RUA GOMES FREIRE, 87-1.º—LISBOA

tuições desta natureza, mas fóra dos respectivos Ministerios, dependendo apenas, das colonias, e em relação constante com ellas!

Henry Simons, em 1922, creou a Agencia Geral das Colonias francezas, no diploma que reformou o Ministerio, e devia ter-se feito o mesmo entre nós.

De resto, as agencias no nosso paiz, ficaram de tal maneira desacreditadas com a instituição e funcionamento da de Angola, que ha-de levar muito tempo para se apagarem as más recordações por ella deixadas.

Foi uma precipitação a criação da Agencia Geral das Colonias, necessaria é certo, mas que deve ser vasada em moldes completamente distintos dos da actual, e só depois, como já dissemos, em consequencia de uma nova reorganisação do Ministerio.

E' esta a nossa humilde opinião, e como tal a emitimos.

Desculpe a massada, mas o seu ao seu dono.

Cria-me amigo e admirador

De V. etc.—Pires Avelanoso.

SOUSA MACHADO & C.ª

Sede em LOANDA

Angola—Cabo Verde—Guiné—Lisboa

Importação e Exportação — Productos Coloniais
 Cereais de Angola — Comissões e Consignações

Representantes privativos na Africa
 Ocidental Portuguesa da:

FORD MOTOR COMPANY E. U. A.

Filiais no: LOBITO HUAMBO

Representação e Importação exclusiva de carros de turismo, camionetes, tractores FORDSON, accessorios e sobressalentes

Filial em Lisboa — RUA GARRETT, 62, 2.º

END. TELEG.) Para Angola — SOMA
) Para Lisboa — SEGUE

Cabo-Verde

O Porto Grande de S. Vicente e o problema do abastecimento de agua

NO n.º 8 da «Gazeta das Colónias» publicou o sr. dr. Francisco Antonio Martins, um artigo subordinado ao mesmo título que nos serve de epigrafe, e que vamos contestar a varios respeitos, calculando que da discussão nasça emfim a luz que tem sempre faltado a muitos cerebros quando tem pretendido iratar da necessidade imperiosa de fazer obras no Porto Grande de S. Vicente, e ao mesmo tempo que consigamos mobilisar a favor de Cabo Verde o maior numero de estudiosos que tem sido substituidos por profissionais da politica que colocam sempre os seus interesses acima dos interesses nacionais. Posto isto, vamos ao que importa.

Afirma o sr. dr. Martins que o Governador de Cabo Verde está na disposição, para efectivação do seu optimo plano de governo, de encarregar estrangeiros de fazer o estudo das obras do porto Grande de S. Vicente, acrescentando que esse estudo não se fez em termos; o articulista naturalmente não sabe que foi cometida a uma comissão presidida por um engenheiro, sem competencia mas protegido, o encargo de estudar essas obras, mas que a título de esperarem pela chegada dos aparelhos, passaram o tempo a tirar retratos a mulheres, pelo que protestou o povo da ilha de S. Vicente, tendo sido dissolvida a comissão.

Ficaram apenas de pé alguns projectos de detalhe das obras do Porto de S. Vicente, entre os quais o que nos foi cometido e que descrevemos nos numeros do «Portugal em Africa», do ano de 1908, o que valeu variadissimas criticas e estudos na imprensa periodica de então. Censurados por termos dado a publico ideias que ninguem manifestára, porque o plano da Direcção de Obras Publicas de então, era conseguir desde 1902 a morte da população á fome e a sua substituição, e nos serviços a seu cargo gastar o maximo, com a minima eficiencia, nunca mais deixámos de manifestar o nosso conhecimento

em causa de tal magnitude. Mas, se é facto que, se uma comissão official portuguesa que foi nomeada para estudar as obras do Porto Grande de S. Vicente, foi dissolvida por incompetente, e, se é certo que uma dezena de engenheiros alguns deles com gravissimos erros, que passaram pelas obras publicas de Cabo Verde, nunca se importaram nem com esses estudos nem com outros de valor, deitando apenas conta aos vencimentos e mais nada, isso não autorisa a dizer-se, e muito menos a escrever-se, que não ha em Portugal, quem com honra para a engenharia estudiosa e aplicada, seja capaz de estudar convenientemente as obras do Porto Grande de S. Vicente, não só em relação ao serviço que o Porto tem a prestar, como ainda aos recursos monetarios do erario caboverdeano, e entre outros, citamos o nome do sr. almirante Hugo de Lacerda, competentissimo engenheiro hidrografo, e de uma inconcussa probidade moral e profissional. Nem Cabo Verde, nem os engenheiros portugueses competentes tem culpa da praga de engenheiros de via reduzida que tem caído no arquipelago, como a praga de gafanhotos que periodicamente infesta as ilhas orientais.

Quanto ás obras projectadas para o Porto Grande de S. Vicente, vamos tambem dizer alguma coisa de nossa justiça. E' sabido que este porto sofre a concorrência de Las Palmas, nas Canarias, e do de Dakar no Senegal; os navios desviam-se do Porto Grande de S. Vicente para esses dois outros portos, em primeiro logar por protecção aos paizes a que pertencem e depois pelas maiores facilidades que encontram. A razão pela qual encontramos nesses portos maior concorrência do que no nosso, é que as marinhas mercantes espanhola e francêsa, muito maiores do que a nossa, são as que dão maior contingente a esses portos, enquanto que no nosso, em 1917, para um total de 814 entradas e saídas de longo curso, a nossa bandeira concorrera apenas com 134 entradas e saídas. Portanto, se não podemos contar

com as marinhas mercantes espanhola e francêsa, temos de oferecer ás outras vantagens maximas, que esses outros portos não ofereçam e, se tal conseguirmos, o trafego de carvão, mesmo o actual de 90 mil toneladas, não pode continuar a fazer-se como actualmente, não porque no Porto Grande de S. Vicente não haja, com o sistema de fornecimento de carvão que empregam, uma celeridade notavel. Ora, se ás casas carvoeiras que trabalham no Porto de S. Vicente de Cabo Verde, e estão estabelecidas nos outros portos concorrentes, não preocupa muito a diminuição da frequencia dos navios, o mesmo nos não acontece a nós, que temos o devêr de procurar a maior concorrência, e esta só se obtém com decididas vantagens á navegação universal. Entre elas está o preço do carvão e da agua; accessorias são as comodidades oferecidas aos passageiros. Para os vapores que trazem carvão, é primacial a carga de retorno.

Mas, temos tambem que atender, que ás casas carvoeiras actualmente estabelecidas em S. Vicente de Cabo Verde, não devem interessar muito, as grandes obras do porto, que devem começar pelo tal molhe acostavel, onde, sem prejuizo do movimento de mercadorias, se deve passar a fazer o aprovisionamento de carvão, agua, etc.

Como será possivel diminuir o preço do custo do carvão de pedra em S. Vicente? Evitando o trabalho caro, de o deitar dos navios que o transportam para os batelões, destes para os cais, depois para os sacos e alfim para os navios que o procuram. Permitindo acostagem, no proprio molhe os guindastes os colocam dos porões para porões. E, se a economia fosse de 2 ou 3 shillings em tonelada, isso era muito importante no fim de cada ano, e era justificação do molhe acostavel.

Bem. Mas ha ainda a considerar, não só a probabilidade, mas ainda a necessidade de conseguirmos que o Porto Grande de S. Vicente de Cabo Verde, passe a garantir toda a carga

de retorno que se possa oferecer aos navios que indo levar carvão a S. Vicente, são depois obrigados a navegar sem carga.

Este problema está resolvido em Las Palmas, com a laranja, tomate, etc., que é exportado para Inglaterra, e em Dakar com as produções da Senegambia. Cabo Verde, não garante nada, apesar das laranjas, bananas e gados, se perderem em cada ano em todo o arquipélago por milhares de toneladas, e além disso, outra produções podiam trazer a Cabo Verde um grande volume de tonelagem. Mas, diga-nos quem conhece o Porto de S. Vicente, tal como está: é possível movimentar mercadorias nas condições actuaes desse porto? Decididamente que não é.

Construido o molhe acostavel, já se não daria o mesmo. Ora, se S. Vicente garantisse facil transbordo de mercadorias, facil seria conseguir um grande entreposto comercial entre o Brasil, a Africa e a Europa. Nisto é que se deve atender, e nisto se deve basear um consciencioso estudo das obras a fazer, pensando-se no grande futuro que está reservado a Cabo Verde, e não voltando a ter-se em conta a sua actual pequenez, de que muitos são culpados, pela sua formidavel descrença.

Evidentemente, se bem que menos importante, é conveniente ainda conseguirmos levar a terra, todo o numero de passageiros que pudermos, oferecendo-lhe um curto passeio atravez de um molhe acostavel e de uma pequena e segura Avenida Marginal, desde a Pontinha á Alfandega. Toda a gente que viveu em S. Vicente o tempo sufficiente para estudar as suas necessidades, não poderá permitir sem protesto que se vão fazer obras sem uma finalidade digna do porto e do seu futuro; de disarrafes, de experiencias sem nexo está Cabo Verde cheio e por elles os cofres e ilhas vazios. Lembremos do plano de farolagem do general Torres, com os seus 18 faróis e farolins e vejamos como essa grande obra, hoje nos parece rudimentar, mesmo áquelles que a atacaram como grandiosa.

Não é tambem de pôr de parte a ideia de uma Junta Autonoma das Obras e Porto de S. Vicente, para trabalhar apenas esteja definitivamente estudado o projecto do porto, e á qual fosse cometido o encargo de estudar tudo quanto pudesse concorrer para pôr o porto acima dos seus vizinhos, atraindo a navegação.

Vamos agora tambem á questão das aguas. Quando residimos em S. Vicente, o abastecimento de aguas á cidade e ao porto era origem de constantes e fundamentadas reclamações,

sempre reforçadas pela douta opinião dos medicos, que acusavam a qualidade das aguas do Madeiral de concorrerem para a excessiva mortalidade das crianças e adultos, devida a doenças do estomago. Verificámos que de facto, se a conduta das aguas não estava bem feita, deixando-as inquinar, o reservatorio da cidade podia transformar-se num ottimo filtro de carvão e areia que daria outra qualidade ás aguas e faziamos notar que a cidade de Dakar na Senegambia já era então abastecida com as aguas que eram elevadas do Rio de S. Luiz por potentes bombas, mas tão bem filtradas nos filtros de areia e carvão vegetal que as tornaram apetecidas, por leves e macias. A Empresa não se decidiu a modificar o que estava e constituiu-se então uma nova empresa cujo fim era trazer em navios apropriados, as aguas do Tarrafal da fronteira ilha de Santo Antão, com que melhorou o porto e a cidade, não tanto quanto seria para desejar, porque, nem mesmo com a agua das duas proveniencias se conseguiu agua que bastasse nem para o abastecimento da cidade, quanto mais para o saneamento. Contra a opinião de uma grande parte, o Governo da Provincia de Cabo Verde resolveu então adquirir uma propriedade particular na ilha de Santo Antão, conhecida pela Ribeira de Mês, cujas aguas são finissimas, com a ideia de a canalisar para o porto dos Carvoeiros e ali ou levá-la de conta do Governo para o porto de S. Vicente, ou então pô-la em arrendamento por hasta publica. Como se dividissem as opiniões, não se fez nada, que ainda é a forma portuguesa de resolver dificuldades. Nós, sem sermos interessados em qualquer das empresas particulares do Tarrafal ou do Madeiral, entendiamos e continuamos entendendo que é uma vergonha o que se passa com o abastecimento de aguas á cidade e porto de S. Vicente, e aconselharíamos o Governo da Provincia, desde que a Empresa do Madeiral não queira modificar o processo de captação, aumentar o caudal de aproveitamento por novas pesquisas e estabelecer os filtros, expropriar por utilidade publica essa obra e explorá-la directamente e então se punha a exploração das aguas da Mês, da ilha de Santo Antão em arrendamento, podendo melhorar o abastecimento do porto. Só assim se atenderia de vez aos respeitaveis interesses da população de uma cidade e se melhoraria pela quantidade e qualidade o abastecimento de aguas do Porto Grande de S. Vicente de Cabo Verde.

A. Xaxier da Fonseca
Eng.º



Santos Machado & C.^a L.^{da}

Comissões
Consignações

Importadores e Exportadores para Africa e Brazil. Representantes dos principais centros fabris, nacionais e estrangeiros

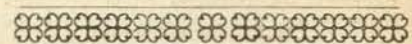
Rua do Bonjardim, 345
PORTO
(PORTUGAL)

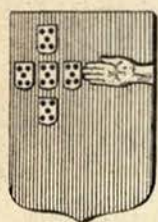
End. teleg.: SAMALI Telef.: 2482

Agencias em:

CABO VERDE -- Praia, S. Vicente e Ilha do Fogo. -- GUINÉ -- Bissau e Bolama. -- S. THOMÉ E PRINCIPE -- S. Thomé. -- ANGOLA -- Loanda, Ambriz, Malange, Benguela, Mossamedes e Sá da Bandeira (Lubango). -- AFRICA ORIENTAL -- LOURENÇO MARQUES -- Manjaca.

Aceitam agentes onde não os tiverem.





S. Tomé e Príncipe

CURADORIA GERAL

... Sr. Director.

Muito se está falando nos meios coloniais ácerca dos serviços que correm pela Curadoria Geral e da forma como eles têm sido desempenhados.

Cartas e jornaes vindos nestes ultimos vapôres referem factos devesa; desagradaveis e que de forma alguma podem abonar a auctoridade e o prestigio que devem sempre cercar a mais importante repartição da Colonia.

Depois dos trabalhos ali realizados pelo juiz de direito, Dr. Antonio A. Correia de Aguiar e da organização modelar que este distinctissimo magistrado soube imprimir aos serviços, teem-se succedido no cargo de Curador Geral varios curadores interinos, e, se é certo que alguns deles desempenharam as suas funções com zelo e acerto, outros têm havido cujos actos teem deixado muito a desejar.

O Dr. Antonio de Aguiar deixou a Curadoria ha mais de trez anos e meio e desde então só interinidades tem havido. Data desse tempo a derrocada nos serviços.

Urge que o Sr. Ministro das Colonias nomeie para o espinhoso cargo de Curador Geral um juiz de direito de 1.ª classe, como é indispensavel e manda a lei, e se acabe de vez com o regimen dos curadores interinos que tão perniciosos resultados tem dado e muito peores pôde dar ainda. E, enquanto isto se não faz, esperamos que nomeará para o exercicio interino de tão importante cargo quem com auctoridade moral e professional o saiba exercer condignamente.

O que vimos de transcrever duma carta recentemente recebida, deve merecer a atenção do sr. ministro das Colonias.

O criterioso provimento do difficil cargo de Curador Geral, tem uma enorme influencia, não só na situação internacional da provincia de S. Tomé, mas ainda na sua vida interna.

O problema capital desta Colonia é o de mão de obra. Para que esse problema tenha uma solução conve-

que a esse cargo cabem, conduzirá necessariamente a funestas consequencias de que a agricultura da provincia, será a primeira a ressentir-se.

Como muito bem acentua o nosso correspondente, não se compadecem as responsabilidades do cargo de Curador Geral, com interinidades, sempre prejudiciais.

O assunto, estamos confiados, merecerá as atenções do sr. ministro das Colonias e as suas diligencias no sentido de lhe dar uma solução conveniente.

Entre êle e o problema da mão de obra, que S. Ex.^a se dispôs a resolver, como nos disse o sr. Senador Serra e Moura, ha uma correlação que se não deve esquecer.

Mas, abstraindo dessa correlação, remetendo mesmo a um plano secundario a importancia que o assunto tem para a vida da Colonia, ainda o assunto merece um cuidado estudo e uma rápida solução, encarado apenas pelo lado das conveniencias internacionais.

E' que é pela acção da Curadoria Geral de S. Tomé, que nós poderemos continuar a dar resposta pronta e decisiva ás campanhas que, embora movidas por interesses inconfessados, vão medrando por vezes, e conseguem chegar até ás regiões onde é mister que o nome de Portugal seja considerado e apreciado com justiça.

Segundo os ultimos trabalhos scientificos pode curar-se a tuberculose, com a «Palmol». Pedir instruções á «Sanitas» T. Carmo, 1, Lisboa.



niente, seja qual fôr a formula que se adote para o resolver, ha sempre que considerar, como condição indispensavel, uma justa, humana e constante assistencia junto dos serviços.

O que uma acção energica e bem orientada da Curadoria Geral pode produzir em beneficio da agricultura local, avalia-se pelos resultados obtidos por alguns curadores que ainda hoje são lembrados com saudade na Provincia.

Ao contrario, o descuro das funções

Seromenho, Silveira & Carvalho, L.^{DA}

Codes: A. B. C. 5.ome Edition et BENTLEY'S

Especialidade em conservas de peixe

Fabricas nos melhores sitios de pesca

Fabricações esmeradas

Calçada de S. Francisco, 23, 2.º

LISBONNE

Especialité en conserves de poissons

Usines sur les lieux de pesche

Qualité choisée

Telegramas: SOSICAR—LISBONNE

Specility preserved fish

Factories on the best fishing spot

Highest quality

O SEU MOTOR EXIGE **Spidoléine** O OLEO QUE LUBRIFICA

PARCERIA DOS VAPORES LISBONENSES

(Arrendatária das docas e oficinas do Porto de Lisboa)

Serviço permanente de reboques, salvamentos de navios e transportes fluviais de passageiros, bagagens e carga;

Aluguel de cábreas e outros aparelhos de força.

Trabalhos de sondagens e de mergulhadores.

Reparações de navios; limpezas, picagens (manual e a ar comprimido) e pinturas interiores de costados e de fundos.

Pequenas construções navais (rebocadores, lanchas, batelões, salva-vidas, etc.).

Demais trabalhos navais de todas as especiali-

dades metalúrgicas, de soldadura, de carpintaria de branco e de machado, de calafetos, etc.

Montagens e reparações de instalações electricas a bordo.

Obras hydraulicas.

Fornecem-se:

- a) Indicações técnicas, orçamentos e planos.
- b) Materiais para todas as obras e trabalhos referidos.
- c) Dispositivos especiais para embarcações destinadas ao serviço colonial.
- d) Tintas próprias para climas e águas tropicais.

Administração Central: — Cais do Sodré — LISBOA

Telefones | C. 1926 | Administração e serviço
| C. 2992 | de transportes
| C. 1588 | Oficinas, docas e obras

Endereço telegrafico:

“DRYDOCKS,,

A CONSTRUTORA, L.^{DA}

Capital realizado: 2.500.000\$00

Séde em LOBITO

CAIXA POSTAL N.º 10

Filial em BENGUELA

CAIXA POSTAL N.º 32

Dele ação em LISBOA: Rua dos Fanqueiros, 235, 2.º-Esq.

Telefone n.º 2712

Telegramas | Rodriya'ho — LISBOA
| Construtora — LOBITO

GERENTES EM:

AFRICA

Sousa Lara & C.^a Ld.
Joaquim Duarte

LISBOA

José Rodrigues de Carvalho
Mariano Machado

Deposito de materiais no Lobito e Benguela

Encarrega-se de construções no Lobito e ao longo do Caminho de Ferro desde o Lobito até ao Bié (Silva Porto) Kilometro 627



Angola

A CRISE DE ANGOLA

II

Reabilitação da balança comercial—A singela historia da crise

FIXEMOS um norte, para não nos perdermos em desvios...

Se quizesse dar-me a acompanhar o sr. Filomeno da Câmara por todos os meandros que a sua erudita análise percorreu na intenção de descobrir, quanto à «crise de Angola», o *mal* e o *remédio*, teria de subir muito alto e de descer muito fundo antes de conseguir tocar a meta do meu fadário. Foi, portanto, ao labirinto e abordo a questão de frente, metendo pelos caminhos que me parecem mais em linha recta. Em Angola ha *crises* de diversa natureza, e uma já nós vimos,—que é a *crise... de população*. Mas, a *crise* de que verdadeiramente se trata, é o acontecimento bancário que, em Julho de 1923, deflagrou abruptamente na *suspensão das transferências*, perturbando e ameaçando sufocar a vida comercial da Província.

Querendo explicá-lo,—ou, ainda melhor, justificá-lo,—rodou o sr. Filomeno da Câmara em torno dos orçamentos, e dos empréstimos, e da produção, para, de salto em salto e removendo todos os obstáculos que se opunham ao caminhar seguro da sua lógica, chegar a pôr em foco as seguintes conclusões:

- a) a *dificuldade das transferências não resulta dum inconcebível capricho bancário, mas sim da insuficiência da produção;*
- b) o *problema das transferências é afinal um problema de produção.*

Quere dizer:—a *produção... bode expiatório* de todas as culpas, e mézinha contra todas as enfermidades. Pela *insuficiência*,—teria sido a boçeta de Pandora, que provocara os males tremendos da Província; pela *abundância*,—viria a sêr a cornucópia de Amaltea, que sobre ela derramaria todas as felicidades.

Vejamos, pois, até que ponto se pode considerar a *insuficiência da produção* como *causa* ocasional da *crise*:

—Compulsando as estatísticas

aduaneiras, observo isto: as *exportações*, sendo constantemente *deficitárias* desde 1913 a 1918, atingem, no movimento comercial do sexênio, um saldo negativo de cerca de *5 mil contos*. E, entretanto, o Banco Nacional Ultramarino... *mantém as suas transferências*.

Inverte-se, depois, a situação... A balança comercial, de 1919 a 1922, acusa ininterruptamente um saldo positivo a favor das *exportações*, somando mais de *30 mil contos* no quadriênio; e, precisamente, no ano de 1922, em que o saldo excede *24 mil contos*, é que o mesmo Banco começa a indicar como inevitável... a *suspensão das transferências*.

Então como se explica isto? Onde está a *insuficiência da produção* a justificar... a *crise*?

Mas ha mais: as médias de *exportação*, quer em valores, quer em tonelagem, accusam no triênio de 1920-1922, para os principais géneros produzidos na colónia, um aumento sensível sobre as médias dos anos anteriores, havendo apenas uma excepção,—a da borracha. Portanto, como se aquilata... a *insuficiência da produção*?

A tonelagem das mercadorias exportadas sobe de 66 mil toneladas, em 1920, a 83 mil toneladas, em 1922; e, neste momento, em que se demonstra uma actividade ingente a rasgar o solo da Província, é que a *crise* se pronuncia, vindo o sr. Filomeno da Câmara a concluir, no seu larguíssimo estudo, que teve como causa... uma *produção insuficiente!* O que é que a demonstra?

Eu sei... E' que ha uma diferença considerável entre as contas do sr. Filomeno da Câmara e as minhas. S. Ex.^ª, para legitimar o seu raciocínio, alargou a investigação até ao 1.º semestre de 1923, em que na balança aduaneira se notou um desequilíbrio de mais de 30 mil contos, e recuou até 1910... para que se não perdessem uns *pósinhos* que por lá havia a carregar nas importações. E, como isto ainda fôsse pouco, deduziu no

valor das exportações tudo quanto Angola produzira em diamantes, assim obtendo um saldo negativo de mais de *58 mil contos*.

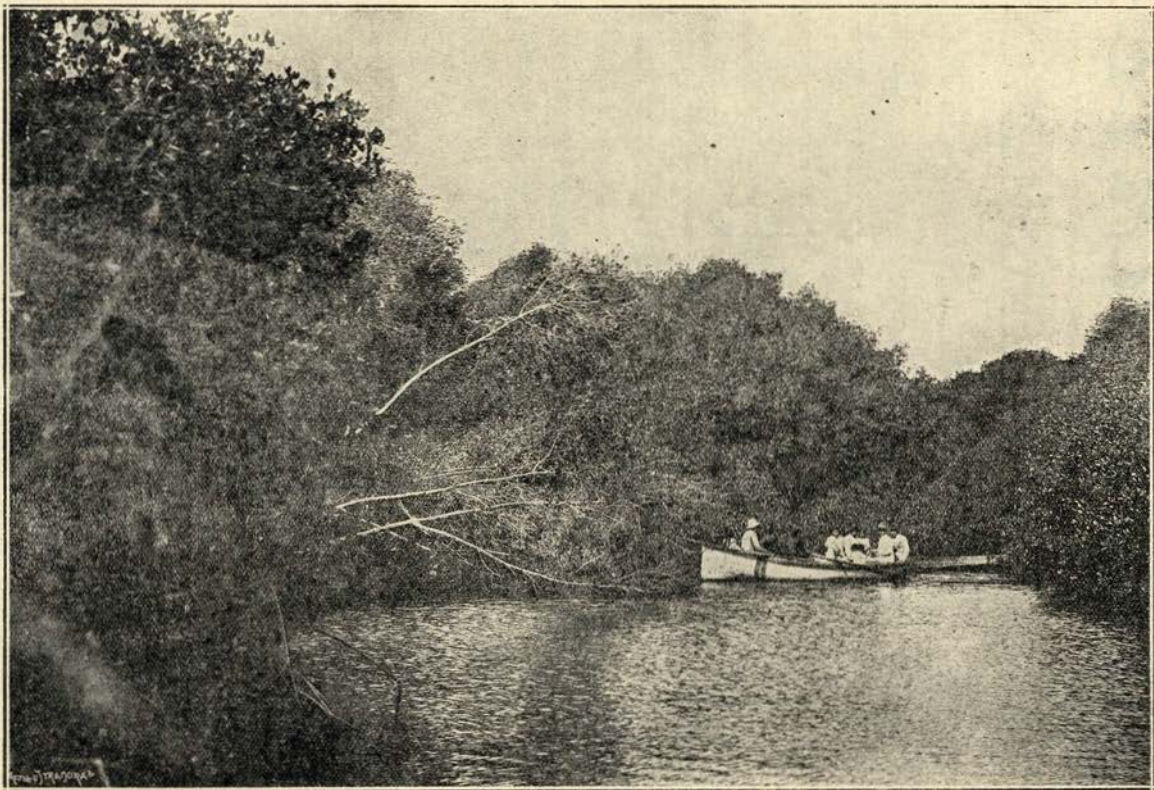
Ora eu nem á mão de Deus Padre me convengo de que haja razão aceitável para se *subtrair* á economia de Angola o imenso valôr da sua produção em diamantes. Que nos importa o país de destino, se em Angola fica a quota parte da respectiva riqueza?—Quanto recebe o Estado? Quanto se gasta com o pessoal trabalhador? E quanto influem ainda, no valôr das importações, as ferramentas e as máquinas que entram, os materiais de instalação que se empregam, os alimentos que se consomem e os artigos de vestuário que se distribuem?

Aonde poderia levar-nos um tal critério?

Tampouco nós servirá, para justificar a crise, o movimento comercial de 1923, pois que já em 1922, em officio de 18 de Dezembro, o illustre Governador do Banco Ultramarino a indicava ao Alto Commissariado de Angola como... *inevitável*. E o ano de 1923, irregular sob todos os pontos de vista, jámais poderá tomar-se em conta para um rigoroso estudo da balança comercial, não só porque foi o ano das grandes importações para o Estado e Caminhos de Ferro, mas também porque, ao mesmo tempo, gravíssima perda sofreu nas suas exportações com a larga duração da greve marítima,—que me parece já estar esquecida de muita gente.

São, portanto, orientações diversas aquelas que nos guiam. Ante uma *crise*, que se declara iminente em 1922, para que havemos de procurar muito antes, ou depois, as *causas* que a tenham provocado? O espaço dum triênio não será bastante para se averiguar se, de facto, a *balança comercial* se desequilibrou a ponto de originar o desequilíbrio da *balança de pagamentos*?—Eu creio que sim. E, nesta convicção, vejamos o que ela nos demonstra:

O SEU MOTOR EXIGE **Spidolène** O OLEO QUE LUBRIFICA



ANGOLA — Os canais ao fundo do porto do Lobito.

	Importação geral (em contos, números redondos)	Exportação geral
1920	19.600	20.300
1921	44.500	45.700
1922	87.200	111.300
Soma	151.300	177.300
Saldo positivo na balança comercial	26.00	

Não excluí as importações do Estado nem o valor dos diamantes. Mas, se deduzirmos o valor das primeiras,—porque de maneira alguma as poderemos considerar *importações para consumo*,—e igualmente o dos segundos,—para que não tenha razão de queixa o sr. Filomeno da Câmara,—ainda assim veremos que o saldo se mantém a favor das exportações. Eis a conta:

Importação geral do triênio, contos	151.300
Importação do Estado, idem	23.200
Fica	128.100
Exportação geral, idem	177.300
Valor dos diamantes, idem	43.900
Fica	133.400
Saldo a favor das exportações, contos	5.300

Vamos, porém, mais longe ainda... Entremos pelo 1.º semestre de 1923, para que se não diga que fugimos ao período mais *grave* da economia provincial. O que é que ele nos mostra?—Isto:

Importação geral, contos	92.500
Exportação geral, idem	62.000
Deficit	30.500

Mas, agora, abatam-se nas importações os seguintes valores:

Importação do Estado, contos	14.100
dos C. de Ferro	19.100
Soma, contos	33.200

E assim teremos mais um «superavit» de 2.700 contos na balança comercial do semestre.

Não será isto rigoroso?—Que me responda a consciência dos que desapaixonadamente observarem os números, pois que não descubro maneira mais exacta de fazer contas que nos ilucidem. E' a *produção* que se acusa... E os algarismos acodem a demonstrar a sua inocência! O que todos vemos, afinal, é que a *produção* se manifesta tão progressiva, e tão benéfica, que só nos cumpre erguer altares aos braços rudes que tão esforçadamente a estão arrancando á terra.

Liberte-se, pois, a *produção* da tremenda responsabilidade que lhe foi atribuída... E não continuemos a viver numa ilusão perigosa: o *problema das transferências*,—é e nada mais. Já tempo houve em que, aterrado

pela agonia da Província e seduzido pelo brilho da pena e da palavra do sr. dr. João Ulrich, também me precipitei no erro. Mas dêle me penitencio agora... E, ao reler o officio que pela Associação Commercial de Loanda tei dirigido ao Banco Emissor em 1 de Maio do corrente anno, sinto que uma grande verdade transluza na seguinte afirmação:—*as forças vivas de Angola forneceram para as suas necessidades e para as de toda a economia particular, fóra da Província, mais do que as coberturas precisas para fazer face a todos os compromissos externos.*

... E, todavia, ainda hoje—vae em 17 meses, repare-se bem!—as portas do Banco continuam cerradas para as precisões mais instantes da colónia, indifferentes ao doloroso calvario que nela se está subindo e até ás amarguras cruéis que aqui se estão sofrendo em muitos lares.

Porquê? Porquê?

Já é tempo de cessarmos o devaneio perante um problema de tanta gravidade. A *crise de Angola* vai-se arrastando entre sombras que podem originar catástrofes. Urge que os factos se observem, e se rebusquem todos os indícios na penumbra, para que, descoberto o *mal*, se lhe acuda com saber e energia, como fór mister.

Nós lembramo-nos bem de que a vida da colónia decorria em santa paz, sem barreiras nem cancelos, enquanto modorrentamente tudo estagnava num charco de miséria.

Mas... veio a guerra. Baquearam povos e riquezas. Ruíram tratados e convenções. E, ao fim de quatro anos, quando em Versailles se procurava sustar o sangue e as ruínas, as mãos calejadas da América, erguendo em triunfo a padiola do Trabalho e proclamando que o *«bem estar e o desenvolvimento dos povos coloniais era a missão sagrada da civilização»*, fizeram-nos compreender que essa *coisa* de pergaminhos e direitos históricos já não valia hoje a rabiça dum arado e que era preciso... semear a terra.

Mergulhámos os dedos na consciência e parece que ficámos um tanto ou quanto apatetados... Lá descobertas e conquistas, havia tanta fatura nos escaninhos que nem todas as balanças da America bastariam para as pesar. Mas, afóra isso,—e depois que o Brazil batêra as azas,—que tínhamos nós para mostrar ao mundo, senão... pobreza?

Então, num arranque de brio, imediatamente quizemos provar *ur-*

bi et orbi que também seríamos capazes de, em menos d'um fósforo, construir impérios. Pois não era verdade que já o tinha feito, só com pólvora e balas, o nosso Afonso de Albuquerque?

Dinheiro... isso não havia. Mas não faltava a tinta, graça a Deus! E, com duas penas, criaram-se os Altos Commissariados, ajoujadinhos de poderes. Vinha da fábula que Prometeu fizera homens com o limo da terra... Eles fariam o ouro com as próprias unhas.

... E assim partiu para Angola, em Abril de 1921, o snr. general Norton de Matos, apenas levando nas algebeiras, como letra a descontar, *onde podesse*, a lei n.º 1:131, de 26 de Março daquêlê anno, que o autorizava a negociar empréstimos até á quantia de 60:000 contos oiro.

A situação da Província naquela data era *apenas* esta:

Orçamento (1919-1920)

Receitas ordinarias, contos	6.160
Receitas extraordinarias, incluindo a subvencão da metropole (2.100 contos)	2.400
Total, contos	8.560
Dividas em atraso, contos	15.900

Comercio (1920)

Importação geral, contos	19.670
Exportação geral, contos	21.360
Total, contos	40.030

Como se vê... um lindo *quadro* para figurar na galeria da *Sociedade das Nações*, com esta legenda esclarecedora:

Angola—Superficie, 1.255.775 quilômetros quadrados—Conquista de Paulo Dias de Novaes, em 1575.

E nada mais seria preciso dizer-se para que se fizesse uma ideia nitida da obra realizada, em três séculos e meio, naquêlê território imenso... onde estes meus ossos, ainda em 1917, tiveram de aguentar-se, durante 10 meses, numa espelunca sórdida, com 12 metros quadrados de chão, inteiramente isolada de qualquer socorro humano. Adeante...

Como era preciso *fazer* dinheiro, apressou-se o Alto Commissário a descontar a *letra*... Mas onde? Onde?—Foi a Séca, andou por Méca, torceram-lhe o nariz, abanaram-lhe as orelhas, e... foi então que, miseriosamente, lhe appareceu o Banco Nacional Ultramarino como *accitante* da sexta parte da quantia autorizada, firmando-se o respectivo contracto, para o empréstimo de 10:000 contos oiro, em 26 de Junho de 1922.

Radiou-se de contentamento!... O comércio e a agricultura, o Governo e o próprio Banco, explodiram de

entusiasmo perante a Nova Aurora. Já o decreto n.º 11, de 12 de Maio de 1921, havia carreado para a Província alguns milhares de libras da Companhia dos Diamantes; já do crédito de três milhões de libras, aberto pela finança inglesa á economia metropolitana, se tinha obtido quasi um terço para compras da colónia; já na Caixa Geral de Depósitos se havia conseguido levantar, para remendos e tapaduras de buracos, alguns milhares de contos; e tudo isso, acrescentado agora dos dez milhões de escudos ouro do generoso Banco Emissor, para fomento e colonização, era uma fartura tamanha que nem o mana do céu se teria visto com mais alegres olhos.

... E razão havia para isso! Pois não havia? Com a vara mágica do ouro seriam possíveis todos os milagres. E foi um deslumbramento a obra que se seguiu... Num instante, tudo passou a crescer como as plantas misteriosas sementeas pelos jakres;—subiram as receitas; aumentou a população; melhorou a hygiene; desenvolveu-se o comércio; alastrou a agricultura; multiplicaram-se as estradas; apetrecharam-se os caminhos de ferro; deu-se começo a trabalhos de portos; construíram-se e importaram-se casas; transformaram-se povoações; estabeleceram-se quartéis e escolas-officinas; e... o mais que pode lêr-se nas tabelas de despesas extraordinárias da Província nestes derradeiros anos.

Será exagero?—Ora, então, fale por mim a digníssima Associação Commercial de Loanda e pondere-se devidamente o que ella afirma:

«Entrou a Província numa fase de intenso movimento commercial, quer na exportação quer na importação, e a vida inteira da colónia começou sentindo os efeitos do plano de trabalho que S. Ex.^ª o Alto Comissário punha em execução para o início do desenvolvimento económico de Angola nas suas várias manifestações, com um rápido aumento da imigração, parte integrante dêsse plano e indispensavel elemento do fomento da Província.»

Aí se encontra dito precisamente o mesmo, embora por outras palavras.

Mas... estava o diabo atrás da porta, e ninguém o tinha visto!—Ainda não eram decorridos seis meses sobre o contracto, e já o Banco Ultramarino começava de manifestar-se, preocupado e aflito com os seus efeitos. A abundância do dinheiro pôsto em giro, quér pelo aumento da emissão, quér pelos gastos do Estado, rapidamente transbordara da co-

lónia e entrara de reflectir-se nas caixas de pagamentos cisatlânticas, que ameaçavam estalar por tôdas as soldaduras. O montante das transferências subia a olhos vistos... E o Banco, desvaireado, começa a vêr atropelos e especulações onde não havia senão comércio legítimo... e necessário. Era a consequência fatal da sua imprevidência!...

Para resistir á onda, lembra ao Governo da Província que o empréstimo facultado não deveria utilizar-se para compras em mercados exteriores, pois que só um empréstimo externo lhe consentiria occorrer ás necessidades de pagamento nas praças estrangeiras. O Governo cede... e as mercadorias passam a entrar sob condição de serem pagas em Loanda. Então, no dizer do Banco, começa o Governo a concorrer... para o *desiquilíbrio económico da colónia!*

... Seria o dinheiro para quem?—Por mais que se verrume, não será fácil descobrir em que dia-nho se poderia gastar o empréstimo sem se resvalar no tal *desiquilíbrio*...

Emfim, a medida não surtiu efeito; e logo outra ideia acode para salvar a situação:—o *agravamento do prémio de transferência*, como *única maneira de pôr cõbro... á especulação*. Consta esta proposta da cartão-offício do Banco, com data de 18 de Dezembro de 1922, a que já me referi noutro lugar. O contracto de 1922 fixara a taxa máxima de 3 por cento; mas podia sêr aumentada *em caso de força maior, devidamente comprovado*. O Banco pretendia elevá-la a 5 por cento. Mais tarde requeria 8 por cento. E devemos reconhecer que não era exagerado o que pedia. Do suposto alcance que viria a têr na *balança de pagamentos*, é-nos licito duvidar; mas, de facto, a taxa era manifestamente irrisória e até inferior á que vigorava antes do contracto.

Cogitou, porém, o Governo da Província sobre as razões expostas pelo Banco, e, porque as julgasse frageis ou improvadas, negou a autorização pedida. Teria sido violento?—Não serei eu quem o conteste. Mas era um *direito*, que o Banco livremente lhe reconhecera, e ao qual, por honra própria, lhe cumpria sujeitar-se. Fê-lo?—Não! Insurgiu-se... E, crispando os dedos, agita sobre a colónia uma ameaça de estrangulamento, cujas consequências, em pinturas trágicas, se desenhann nas seguintes linhas:

«Não logrando convencer V. Ex.^ª, não conseguindo autorização official de que, em má hora, tornei depen-

dente o aumento do prémio de transferência, irei para a categórica e terminante proibição de semelhantes operações... A severidade da providência que, antes de ordenar a sua integral execução, entendo meu dever ponderar, é grande, é máxima. Dêla pode resultar a completa desvalorização da nossa moeda, a sua inutilidade e até a recusa da sua acitação e a impossibilidade de comêta, localmente e nos meios estranhos, pagar e adquirir o que que seja... Amanhã como papel sem valôr para efeitos comerciais, poderá haver-se a circulação do Banco Ultramarino em Angola; as transacções ficarão paralisadas e a vida da colónia parará e o admiravel êtan que, graças á acção de V. Ex.^ª, ultimamente se vinha observando, transformar-se-á em deploravel cataclismo.»

... Assim se fez! E eis como a *crise de Angola* estalou com todos os seus horrores!

Culpa de quem?—Da miséria do Estado, que sobre as colónias descarregara as tremendas responsabilidades do seu fomento? Do Alto Comissario que, desprevenida e confiadamente, realisara uma operação legal e necessária? Ou do Banco que, aceitando compromissos a trôco de vantagens reais e lucrativas, não soube arrostar com todo o pêso dos seus encargos e, lançando mão dum pretexto futil, condenou uma colónia inteira ao desprezo e á ruina?

—E' sobre o Alto Comissario que presentemente chovem tôdas as pedras... Pois eu, que lhe devo um agravo crudelíssimo, não cuso afronta-lo:—para mim é, dentre os três, e apesar de seus êrros, o único que se salva.

... E no artigo seguinte se dirá porquê.

A. Leite de Magalhães

SANTOS, OLIVEIRA & C.^A

Comerciantes e Agricultores

Comissões e Consignações

LOANDA E MALANGE



Moçambique

NAVEGAÇÃO NACIONAL

Um perigo que a ameaça e que urge afastar

DE todos aqueles que prendem as suas atenções à vida das nossas colónias e às relações que com elas mantem a Metrópole, é conhecido que o serviço de transportes por meio da marinha mercante nacional, está longe de corresponder à grandeza dos nossos domínios e de

riodo da guerra e alterada pelas repetidas greves das classes marítimas.

Para a província de Moçambique, que mais especialmente vamos considerar, desde 1903 que a Empresa, hoje Companhia Nacional de Navegação, mantém regularmente uma carreira mensal; o serviço de cabo-

tenham acudido ao espírito do distinto colonial ao escrever esta passagem da sua tese, surgem agora por forma a impôr providências energicas e immediatas.

Segundo informações que temos e que não podemos pôr em duvida, algumas companhias estrangeiras que fazem transportes na costa da nossa Africa oriental, estão coligadas para, numa guerra de tarifas ou por outra forma equivalente, desviarem da nossa marinha mercante o trafego naquela costa. Não perdemos tempo em comentarios inuteis... A natureza do assunto impõe outra atitude que nos não cabe, mas sim ao governo cuja atenção nos permitimos chamar, confiados em que serão tomadas as medidas que o caso impõe.

E não deve o governo ter quaisquer dificuldades, pois que por um feliz acaso tem nas suas mãos o meio de opôr ao ataque que se premedita contra a nossa marinha mercante, a defesa mais radical.

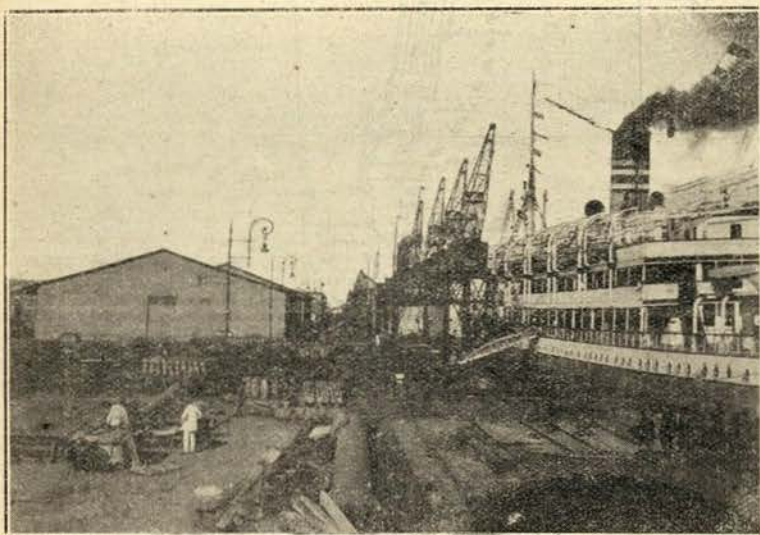
O decreto n.º 8:383, de 25 de Setembro de 1927, permite ao governo, quando o julgar conveniente, «reservar á bandeira nacional o trafego marítimo entre a metrópole e as colónias portuguesas, bem como entre os portos das colónias».

E' quanto basta; e no que respeita a oportunidade, cremos que não poderá haver duas opiniões.

E' justo que, para honra da nossa bandeira, se exija á marinha comercial todo o seu esforço no sentido de conseguir a maior frequência e a maxima regularidade nas suas carreiras para as colónias e nos serviços de cabotagem; mas é indispensavel que paralelamente o seu esforço seja secundado e os seus legitimos direitos sejam eficazmente defendidos, cada vez que sejam ameaçados.

A ameaça a que vimos de nos referir, a realizar-se, representaria além dum fundo golpe na vitalidade da marinha mercante nacional, um grave atentado contra os nossos direitos e contra o nosso decôr.

Tanto basta para estarmos certos que as providências se não farão esperar.



LOURENÇO MARQUES—Um troço da ponte-cais

prover completamente ás necessidades que dessa grandeza resultam.

E' na verdade muito sensível a falta de algumas linhas de navegação, que bem desejaríamos ver estabelecidas quanto antes, como sejam as de ligação com as Colónias do Oriente, sempre privadas da navegação nacional, vivendo num lamentavel isolamento apenas cortado por uma tentativa de estabelecimento de carreiras, que melhor seria não se ter levado a efeito, dadas as deploraveis condições em que o foi.

No emtanto é forçoso reconhecer que nas ligações com as nossas Colónias de Africa, á parte as reconhecidas deficiências de navegação para a Guiné e de cabotagem em Cabo Verde, se tem mantido uma notavel regularidade, apenas cortada no pe-

ragem na costa da província, faz-se tambem com relativa regularidade.

Não terão as carreiras estabelecidas a frequência que seria para desejar e que convem que venham a ter, acompanhando constantemente o movimento progressivo da Colónia, mas representam já um esforço apreciavel, que é mister animar.

Como muito bem disse o sr. comandante Correia da Silva, na tese que brillantemente relatou no 2.º Congresso Colonial, é indispensavel manter as carreiras estabelecidas entre a Metrópole e a costa oriental, via Cabo, e a cabotagem naquela costa, «subsidiada se necessario fôr, mas não abandonando por forma alguma o trafego costeiro ás bandeiras estrangeiras».

Pois bem; os perigos que talvez

Companhia de Moçambique

Comunicações Ferro-Viarias — BEIRA

Porto dos territórios da Companhia de Moçambique e o principal da Rhodesia do Norte e do Sul-Katanga Belga. — Protectorado da Niassalândia e vale do Zambeze



Exportação de milho da Beira

Durante o ano de 1923 foram exportados pelo porto da Beira 1.250.000 sacas de milho. Desse numero 797.000 sacos provinham da Rhodesia e 387.000 do territorio da Companhia de Moçambique. Estes importantes embarques indicam que a Beira está mantendo a sua posição de segundo porto cerealifero da Africa meridional e oriental.



Macau

O problema do abastecimento de água

DENTRE as razões que determinaram a separação, na colónia de Macau, dos serviços técnicos das obras do porto dos demais de obras publicas, subordinando-os de direcções diferentes e autonomas, destacaremos o reconhecimento da necessidade de impulsionar o estudo e execução do problema de abastecimento de aguas.

encontrar agua doce na colónia em quantidade precisa para satisfazer a todas as necessidades da sua população.

Daqui nasceu a ideia de ser adoptado o seguinte sistema mixto de abastecimento: capatar, por meio duma exploração metódica e possível desenvolvimento dos respectivos caudales, as aguas das nascentes,

gens, nem a vantagem de se pesquisarem no sub-solo de Macau as aguas artezianas.

Assim se encarou a possibilidade do completo abastecimento da Colónia, nos diversos aspectos das suas necessidades, pelo que respeita a aguas destinadas a todos os usos.

De 1908 a 1911, apesar de não faltarem recursos a Macau para poder entrar no caminho das resoluções após os estudos de detalhe, do importante melhoramento de que nos estamos ocupando, e apesar de terem sido então inscritas nos seus orçamentos certas verbas para o efeito, coisa alguma se fez, no tocante ao assunto, que mereça quaesquer referencias.

A partir do ultimo ano citado e até 1920, uma parte daqueles estudos foi iniciada, fazendo-se, de seguida, a construção, na colina da Guia e na altitude de 80, m de um reservatorio com 1.500 m³ de capacidade e respectiva rede de distribuição na extensão de cerca de 13 kms.; o projecto definitivo de um outro reservatorio maior, de 4.500 m³ de capacidade e na altitude de 54 m, o qual, quando executado, obrigará a ser reforçada a central elevatoria, instalada á beiramar na praia da Guia, com mais uma bomba além das duas poderosas de que hoje dispõe, para, assim, poder garantir, com 10 horas de trabalho, a elevação dos 6.000 m³ que este reservatorio e o primeiro já concluído podem comportar e correspondem aos gastos diários previstos para a agua salgada; as construções de um reservatorio, de cerca de 5.000 m³ de capacidade, destinado á captação das aguas das chuvas numa pequena area da colina da Penha, e de uma represa, também para as aguas pluvias, no local dos «sete tanques» na ilha da Taipa, com a capacidade de 7.500 m³; uma tentativa, que fracassou, de execução, por empreitada, de algumas perfurações como ensaio de pesquisa de aguas artezianas; e um estudo, por sinal bem deficiente, das condições hydrologicas locais, de que se incumbiu um engenheiro japonês.

De 1920 para cá, o problema tem



Uma das valas de captação das aguas pluvias na colina da Guia

que lhe diz respeito, sem duvida um dos mais importantes do numero dos que visam ao seu saneamento, hoje em grande parte conseguido com a extinção dos antigos pantanos, a razia dos bairros insalubres, o rasgamento de espaçosas avenidas, a drenagem do sub-solo e a edificação de novas e higienicas habitações.

O ante-projecto que delineava as bases em que devia assentar a solução desse problema data de 1908 e dele foi autor o falecido general Castel-Branco, que é de justiça recordar como uma das individualidades técnicas que mais soube impôr-se á gratidão de Macau pelos trabalhos que em seu beneficio realizou.

Foi este esboço da questão apresentado em condições de se lhe poder dar realisação pela forma que mais se harmonisasse com os recursos economicos locais e por ele ficou evidenciada a impossibilidade de se

principalmente as da colina da Guia, reservando-as para o consumo domestico da população europeia; destinar as aguas das chuvas, reunidas por represas ou cisternas, ao reforço daquele consumo nas épocas de estiagem e a todo o consumo da população chinesa; dar applicação, para o uso nas regas de jardins, ás aguas dos poços; e aproveitar a agua do mar para, depois de elevada para depositos, ser consumida nos usos publicos de limpeza de ruas e canalizações da rede de exgotos, no serviço de extinção de incendios e nos gastos industriais e outros em que, sem inconvenientes, se reconheça dispensavel a agua doce.

Neste plano, de aproveitamento e distribuição das aguas, não foi esquecida a indicação da construção de cisternas destinadas a armazenarem as aguas de infiltração susceptiveis duma captação por meio de drena-

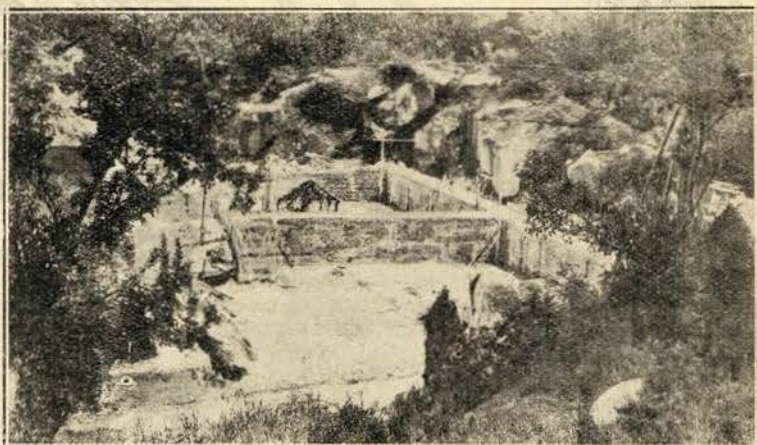
merecido cuidados especiais a direcção das obras publicas da Colonia confiada ao Ex.^{mo} Sr. Engenheiro Adriano Augusto Trigo.

Com base num estudo mais completo daquelas condições hydrologicas, no reconhecimento da existencia de aguas subterraneas pelas sondagens geologicas iniciadas junto ao viveiro da Flora, no sopé da colina da Guia, e nas medições metódicas dos caudales de todas as nascentes existentes na mesma colina, foram elaborados os planos das obras que, em obediencia ás indicações do ante-projecto Castel-Branco, estão actualmente em plena execução com a previsão da ultimação dos trabalhos para o proximo ano de 1925.

Ha que destacar destas obras as que passamos a enumerar: a abertura, na extensão de 4 kms., dos canaes adutores de uma grande represa, que supomos já estar concluida, na colina da Guia, e cuja capacidade de armazenagem atinge 14.500^m3 e de uma galeria subterranea, atravez da mesma colina, iniciada no sitio da Flora e levada até á estrada da Solidão, trabalhos estes que visam a aumentar os caudales das nascentes existentes na Colonia para cuja exploração, por outros trabalhos importantes realisados, está assegurada a pureza das respectivas aguas; a construção de dois pequenos reservatorios, um para 1500^m3 e outro para 1100^m3, respectivamente, junto ás fontes da Inveja e da Solidão, que serão tributarios daquela grande represa e especialmente destinados, o primeiro, ao abastecimento de sete marcos fontenarios já estabelecidos no trajecto da canalisação entre a Flora e a Praça Lobo d'Avila e, o segundo, ao abastecimento de toda a zona, da colina de S. Jeronimo até ao quartel de S. Francisco, limitada pelas estradas

da Solidão e da Victoria; a construção do reservatorio da Flora, para

e qualidade para ser completo o abastecimento de que necessita a



Construção de um Reservatorio de 1.500 metros cubicos para receber as aguas das Fontes da «Inveja» e da «Flora»

10000^m3, que permitirá levar a agua em pressão suficiente aos restantes marcos fontenarios a estabelecer em toda a cidade; e, por fim, a abertura e construção de alguns poços.

São tambem de referir as diligencias e estudos feitos pela citada direcção d'obras publicas para a aquisição das canalisações e accessorios da distribuição das aguas, para as pesquisas de aguas subterraneas e para a transformação da central elevatoria, a que atraz fizemos referencia, com a mais conveniente ampliação das suas funções.

Pelos primeiros se conseguiu dotar já a Colonia com mais 20 kms. de tubagem de ferro fundido e 42 marcos fontenarios a cuja instalação se está procedendo; pelos segundos prevê-se que no sub-solo de Macau se encontram aguas em quantidade

sua população que é, salvo erro, de 77.000 almas; e pelos ultimos firmou-se o proposito do estabelecimento duma central electrica, na praia da Guia, junto ás maquinas elevatorias existentes, central que fornecerá a energia necessaria á elevação da agua da cidade, quer salgada quer potavel, e que poderá, quando devidamente dotada de harmonia com as previsões estudadas, dar serventia a todos os usos industriais incluindo os das instalações do porto.

Eis a traços largos a historia e o estado actual do problema do abastecimento de aguas em Macau, da qual é necessario que se não desviem as atenções das entidades officiais competentes para que não seja entravada a sua execução até final e em breve, como se espera, Macau possa vêr realisada uma outra das suas mais legitimas aspirações.

Numeros especiais

A «Gazeta das Colonias» tenciona editar, em cada ano, um numero especial dedicado a cada uma das nossas Provincias Ultramarinas.

Esses numeros destinam-se, sobretudo, a fazer um cuidado registo de todo o progresso das nossas colonias, pondo ao mesmo tempo em destaque, os factores do seu desenvolvimento comercial, industrial, agricola, etc. e as suas necessidades mais instantes.

Os numeros especiais, que serão largamente illustrados, deverão constituir um valioso meio de propaganda do nosso esforço de colonisação.

Para eles espera a «Gazeta das Colonias», toda a colaboração dos nossos coloniais, no sentido de tornar tão proveitoso quanto possivel o esforço que dispenderá com a sua iniciativa.



Construção de uma Represa da captação de aguas pluviais, com a capacidade de 14.500 metros cubicos

ARTE

RD. CARLOS AMARO : : : : :
 LUIS MOITA : : : : :
 JOSÉ AUGUSTO MELO VIEIRA

TEATRO — LITERATURA — MUSICA — PINTURA, ETC.

Noche del sabado

DE

D. JACINTO BENAVENTE

NO quinto acto, á beira-mar, Leonardo faz o retrato de Donina tísica. A mãe consegue, pelo dinheiro e pelo medo, prender junto da pobre o amante, e dar-lhe até á morte a ilusão de que é amada.

A scena feita com as flores que Donina traz no regaço e a que Leonardo descobre, em cada uma, sua ex-quesita graça feminina, é uma formosa coisa que enche de dôr e perfume todo este ultimo acto. Mas o amante da pobre tísica não pode mais suportar-a e como lhe teria numa taberna de Napoles jogado uma punhalada, atira-lhe ao coração a carta duma outra mulher e Donina tomba quasi morta. Leonardo ampara a doce Ofelia até ao quarto, dá-lhe um calmante que a faz adormecer.

Diz a Imperia que aproveite esse momento em que a filha dorme para partir com o homem que a ama e que, agora chamado pela Suabia que o aclama Imperador, só aceitará o trono se Imperia o acompanhar—se Imperia quizer ser Imperatriz!

Imperatriz!

Não, ela não quer. Não quer porque a sua vida verdadeira é ali, junto á filha moribunda.

Não irá.

Mas o magico olhar de Leonardo que nela se fixa com uma força invencível, intima-lhe a partida, quer que ela vá erguer-se victoriosa sobre aquele tronó de bronze, que lá estava na estatua que ele concebera ao alto das escarpas de granito... Pedelhe que não se despeça da filha que repousa, não vá ela acordar... Mas Imperia vae e quando volta é com uma voz bem singular que Leonardo lhe pergunta:

—Sentiste se estava gelada?

E Imperia responde, num tom não menos estranho:

—Estava!

Matal-a-ia Leonardo?

*
* *

Tambem o outro Leonardo, o de Vinci, foi suspeito de ter envenenado o duque Galeas para que Beatriz d'Este fosse soberana de Milão.

A morte da Donina era necessaria para que Imperia, liberta de todas as realidades que a prendem, execute o seu sonho, para que o seu impecavel corpo de marmore se erga emfim e se destaque sobre o bronze verde-negro dum alto tronó d'onde os seus olhos d'aguia imperial poderão contemplar o esforço e furia doutras escaladas, em que ha lagrimas, desesperos, dores e gritos de milhões de peitos que se partem de encontro aos duros e vis granitos da montanha...

Que a vida deve ser—diz Imperia—salvar um sonho dentre as realidades que o tentem despedaçar. Ela partirá.

Ela é enfim Imperatriz! Para o Bem ou para o Mal!

*
* *

Foi a epopeia da Ambição que Benavente pretendeu fazer talvez, mas mais nos pareceu a epopeia do Sonho, do Sonho salvador, bemdito em tre todas as coisas da terra.

O oiro de Imperia não consegue comprar uma ilusão á pobre Donina, que a realidade vem por fim a assassinar, mas a velhinha alcoolica do terceiro acto, revê num sonho os seus palacios encantados, e é feliz!...

Nietzsche que tanto influu em Wagner, e, na Russia, em Demitri e em Gorki, como na Italia em d'Annunzio, alguma coisa veiu fazer tambem a terras de Castella, encontrando em Jacinto Benavente, bem preparado para o receber pelo seu individualismo ingenito de hespanhol, mais um eco para a sua poderosa voz de apostolo da Energia. Mas—pobre Nietzsche! assim como Wagner lhe falhou, e os russos se lhe escaparam pela piedade e melancolia, e o italiano, pela voluptuosidade e pela eloquencia, tambem D. Jacinto lhe tomba das mãos na Piedade e no Sonho; e, afinal, todo o seu delirio de dominio, vacila a cada instante, como facho pagão mal aceso a cuja chama o mais ligeiro sopro de cristianismo faz oscilar e lamber a terra humildemente.

Aut Cezar, aut nihil—é boa divisa de combate sem duvida, para um Borgia, mas a verdade é que o sorriso de Messer Leonardo no livro de Demetri é mais de misterio e de interrogação do que de triunfo, e a estatua do Condottieri Sforza com a legenda *Ecce Deus*, esborea-se aos tiros

da soldadesca barbara, como a estatua da *Noche del sabado*, simbolo da Vontade em marcha, o proprio escultor a faz em pedaços, por assim dizer, a socialisa, aproveitando-lhe o marmore para esculpir as tanagras delicadas, os maravilhosos *bibelots* que vão levar um pouco de beleza, porventura um gesto e uma lição de energia, a cada lar, e a cada alma.

A figura primacial da peça hespanhola, Imperia, caminha para a realisação dum longo sonho saindo dum passado carregado de miserias para um futuro distante onde se ergue um trono, enquanto que um heroe, de Nietzsche, um puro heroe, não tem passado nem futuro, nem sonhos nem remorsos, nem esperanças nem saudades; está sempre na hora, vive na plenitude da acção e, não distinguindo entre o Bem e o Mal, é forte e belo e ingenuo como uma fêra para a qual só ha presente!

Noche del sabado—foi bem aquela noite de sabado ultimo, em que D. Jacinto Benavente, grande de Hespanha e tambem, desconfio, que Bruxo, veiu perturbar a nossa melancolia de portuguezes, derramar os filtros magicos sobre as almas entorpecidas e aos que alados se sentirem e sem o terror das vertigens, apontar os cimões deslumbrantes das montanhas até onde só as aguias vóam...

E a mim, a mim me fez relembrar as palavras cabalisticas da Tabella Smargdina que, uma noite, encontrei num livro ha muito lido:

Si tu comprends, tu seras heureux Volons, volons!...

FREI CARLOS

Fabrica de Agua Oxygenada
PEROXHYDRIL



De todas a melhor

L. B. Bandeira de Melo

Escritório: Rua Augusta, 75-I.º

LISBOA

Telefone C.—2670 Telegramas —Algodão

TEATRO

BILHETE POSTAL

Meu querido Colono:

Mademoiselle Félyne Verbist é uma primeira bailarina do Teatro Real de La Ronnaie que ha dias appareceu no palco do São Luis exhibindo as suas danças num programa acentuadamente popular, como que feito na intenção duma transigencia de gosto, fugindo aos efeitos aguçados da transcendental beleza da Arte rítmica, não se sabe bem se por desprazer em frente dum publico menos considerado, se por na realidade representar a expressão exata da curiosa Artista a quem o mesmo publico aplaudiu com friesa e sem entusiasmo.

Fosse como fosse. Félyne Verbist encheu-se de adjectivos no cartaz austero da Rua do Tesouro Velho, e aquete publico que viu ha cinco anos a Pawlowa em S. Carlos, lá foi, depois de ler o cartaz, esperar a bailarina na sala de espectaculos. Minto. Estava tambem a colonia belga muito representada, simpatica, pequenina, distincta, pondo uma nota curiosa

de nacionalidade junto da interessante bailadeira do seu país.

Sucedo que Félyne Verbist, que iniciou as suas danças com uma generalização dos populares Milhões d'Arlequim, foi por aí fóra generalizando, numa dança irrepreensivel, o Minueto de Paderewski, outra Polka d'Arlequim, de Drigo, uma Gavota de Glück, pondo em tudo uma coquette nota de grotesco, mōna, teimosa, onde certamente estava a sua graça e o seu valor de artista de teatro d'opera mas de que o publico não gostou.

E como não gostou não aplaudiu. A meu ver, querido Colono, houve ali um mal entendido, desde o cartaz á representação.

O publico do São Luiz é um publico snob, que do snobismo vai, fatalmente, caindo no gosto, e na sensação equilibrada dos valores intrinsecos. Ele estava ali para ver uma Arte Russa, uma arte como já tem passado algumas vezes em frente dos seus olhos costumados. Não foi isso que lhe deram e embuchou. A ponto que quasi nem deu pela forma curiosa como Verbist dançou A Morte do Cysne, de Saint-Saens, esse bailado que ao publico do São Luiz recordou ainda a Pawlowa. Verbist fez o seu Cysne esbatido, penun-

brado, por vezes com decorações estilizadas de magazine.

Ao contrario do que se disse a sua interpretação foge quasi sempre da realidade para fazer estilo, — e aí a sua maneira pessoal.

A Dansa da sêde e a Dansa Hindou, valeram porém toda a noite da bailadeira de Bruxelas. Ai houve um pouco de altura, houve alguma cousa de compensador. Num programa de mais homogeneidade Verbist teria conquistado o publico nestas duas ultimas composições. Mas imagine Você, meu Amigo, que lhe deu em seguida para, numa fantasia hespanhola, dançar o passo-doble do Gallito, segundo a sua imaginação, pouco ilustrada no fogo da alma meridional da Espanha. Houve quem sorrisse, houve quem risse, houve mesmo quem não perdoasse.

—E' que para baixo dos Pirinéos desconhece-se a Europa, afirmava alguém ao meu lado.

Respondi:

—E' pena, que para cima dos Pirinéos se seja ignorante. Féline Verbist acaba de perder uma excelente ocasião de se mostrar erudita.

LUIS MOITA.

AGENCIA FOX

Tel | fone C. 1352
grama FOX Lisboa

A organização e a criação desta Agencia, obedecendo ao intuito de proporcionar ao publico, em especial ao publico que viaja, facilidades e comodidades, foi organizada nos moldes das suas congéneres no estrangeiro, com um pessoal escolhido e habilitado.

A função da gencia Fox é puramente de caracter comercial, e é nesse sentido que tem organizados os seus diversos serviços distribuidos pelas seguintes secções:

- a) Secção de informações e investigações comerciais e particulares e vigilancias.
- b) Secção de turismo.

A primeira destas secções é dirigida por um ex-funcionario superior da Policia de Lisboa e tem um nucleo de habéis agentes, trabalhando com absoluta discreção e seriedade, o que garante o valor dos seus serviços, já hoje procurados e utilizados por todas as classes.

Os serviços de Turismo estão a cargo duma

secção especial com filiais, por em quanto, na Rocha Conde d'Obidos, Terreiro do Paço e no Rocio, com um pessoal escolhido e educado, falando o francês, o inglês e o alemão; encarrega-se esta secção de obter passagens em todos os comboios das linhas do Norte, Oeste, Sul e Sueste e no «Sud-Express», reservar alojamentos em todos os hotéis do país e visar passaportes.

Encarrega-se tambem esta secção do transporte de bagagens dos passageiros em transitio, dos vapores que fazem o nosso porto com ligação com o «Sud-Express». Nas filiais recebem-se radios e telegramas para qualquer país do mundo, que serão imediatamente enviados para a Central Telegrafica e telefonemas; vendem-se sellos para correspondencia, etc., etc.

A Agencia Fox tem ainda devidamente montado na sua Filial da Rocha Conde d'Obidos um serviço de excursões, com pessoal habilitado e educado, a preço reduzido, para Lisboa, seus arredores e no País.

NOTÍCIAS E COMENTÁRIOS

Angola

Imprensa local

No dia 1 de Novembro, iniciou a sua publicação em Loanda, um novo periódico, que tomou a denominação de «O Jornal».

Com um agradável aspecto gráfico e uma cuidada colaboração, propõe-se o nosso novo colega, conforme declara, «bem informar os seus leitores, comentando os acontecimentos sem facciosismos, cabendo nas suas colunas a defeza de todos os bons e são principios».

E', em síntese o programa de toda a imprensa honesta, que muito desejamos ver cumprido.

Com os nossos cumprimentos ao novo colega, sinceros votos pelas suas prosperidades.

Mozambique

A cidade de Lourenço Marques foi recentemente visitada pelo primeiro ministro da União Sul Africana, general Hertzog.

A imprensa local regista a lisongeira impressão colhida pelo ilustre visitante e acentua que bom foi que com o exame directo que fez, adquirisse os elementos necessários para opôr a apreciações menos agradáveis que nos sejam feitas.

Não ha duvida de que assim é; no entanto a esfriar os nossos entusiasmos, lembram-nos as palavras ditas por Sir Abe Bailey, ao regressar a Londres e publicada no «African World»: *«Unfortunately, General Hertzog's opinions are always from the last man he has spoken to or the last book he has read»*.

Em presença disto muito recebamos que o primeiro ministro não consiga facilmente transmitir aos seus concidadãos a justa impressão que colheu.

India

(De A Provincia).

Vencimentos dos funcionários

E' digna de louvor a attitude que perante a resolução do Banco tomou o sr. Governador Geral. Como os recibos dos vencimentos de Abril a Agosto estão, na quasi totalidade, empenhados no Banco, o sr. Governador Geral mandou liquidar o mez de Setembro facilitando assim recursos de vida aos funcionarios.

O Banco protestou, por isso que tal medida lhe evitou a liquidação dos recibos de Abril, em carteira. Mas quem manda, manda.

O Conselho Legislativo da Provincia resolveu representar ao Governo da metropole, solicitando que seja declarada

inapplicavel á colônia a lei 1552, pela qual eram elevadas as alçadas e o selo.

Em harmonia com as determinações do governo da Metropole, tem sido muito reduzida a circulação fiduciária na India, devendo em breve estar normalizada a situação bancária, de forma a permitir ao Banco a realização do empréstimo pedido pelo Governo.

Macau

O exclusivo do ópio

Do nosso presado colega «O Combate» recortamos o seguinte:

Das indagações que temos feito ácerca do exclusivo do opio em Macau, alguma coisa colhemos já, que muito hade interessar aos nossos leitores e que merece a mais séria atenção do Governo da Metropole.

Sabe-se por, exemplo, que segundo o contrato celebrado pouco antes da retirada do sr. Rodrigo Rodrigues, e que até hoje se conserva occulto, se obrigára o concessionario a pagar ao governo a taxa de \$ 7000 por cada caixa de opio crú importado da India, onde o preço de cada caixa é fixado em \$ 3000, mas que, não sendo o opio importado da India, o concessionario pagaria a taxa na razão inversa do preço que cada caixa lhe viesse a custar... conforme a simples declaração por ele feita!

Assim pois, segundo nos consta, o concessionario, ainda antes da retirada do sr. Rodrigo Rodrigues, importou de fóra da India uns 13.000 taéis de opio crú, correspondentes a 7 caixas, e apenas pagou ao Governo a taxa de \$ 2500 por caixa, simplesmente por ter declarado que cada caixa desse opio lhe custára \$ 7500!!

Mas o que se tem afigura muito extraordinario e se tem prestado a comentarios pouco agradáveis, é que a esse mesmo tempo—antes da retirada do sr. Rodrigo Rodrigues—, conforme nos afirmam, importou o concessionario mais uns 4700 taéis de opio já preparado, correspondentes a 4 caixas e meia, ou pouco mais, e foi-lhe permitido pagar apenas a taxa equivalente ao conteúdo de uma só caixa!!!

A ser assim, é na verdade caso que merece toda a atenção do sr. Ministro das Colonias, pois não se compreende que, como refere o nosso colega, se deixe ao arbitrio do concessionario, a fixação da taxa a pagar ao Estado.

Tal regime, podendo conduzir a sérios prejuizos para a Provincia,

presta-se pelo menos a graves suspeições que convem evitar.

Obras do Porto

Tivemos informação de que se pretende dar a quantias tiradas dos fundos das obras do Porto de Macau, applicação diferente daquela a que estão destinadas.

Sem mesmo procurar indagar qual seja essa applicação, opomos desde já o mais formal protesto a tal procedimento, por ser contrario á doutrina do decreto da organização do Conselho de Administração das Obras do Porto, o qual ao mesmo tempo que torna essa administração autonoma, proibe expressamente que os seus fundos tenham qualquer utilização fora das obras para que foram votados.

Metropole

Ensino Colonial

Pelo Ministerio do Comércio vai ser publicado um decreto que determina a inclusão nos programas das escolas elementares, tanto industriais como comerciais, de *principios gerais de colonização e estudo económico das Colónias Portuguezas*.

E' absolutamente louvavel esta resolução do sr. Ministro do Comércio, pela qual sinceramente felicitamos S. Ex.^a

Por nossa parte diligenciaremos contribuir, quanto em nós caiba, para a maior eficiencia de tão acertada medida.

Quando as febres palustres deixam de obedecer ao quinino, deve empregar-se a «Paludina», que dá excellentes resultados nas febres palustres, biliosas e perniciosas. Pedir instruções a «Sanitas»—T. Carmo, 1—Lisboa.

Companhia Nacional

DE

PRODUTOS COLONIAIS, L.^{DA}

Rua dos Fanqueiros, 15 — LISBOÁ

Tranças sobre cacau,

café, cera, coconote e couros

Luso-Colonial, Ltd.^a

ROSSIO, 93, 3.^o

LISBOA

Codigos { Ribeiro
A. B. C. 5.^a Edição.

Tele { fone NORTE 812
gramas MILABREU

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

VINHOS DE CONSUMO E LICOROSOS

CONSERVAS, GENEROS COLONIAIS

Dão REFERENCIAS BANCARIAS — Pedem correspondentes nas colonias portuguezas

Agentes nas principais praças europeias.

Sucursal em ANVERS. Longue Rue Neuve, 16

SÁ LEITÃO & C.^A, L.^{DA} R. DA MADALENA, 45, 1.^o
LISBOA
— Teleg.: "MONDEGO" — Lisboa —

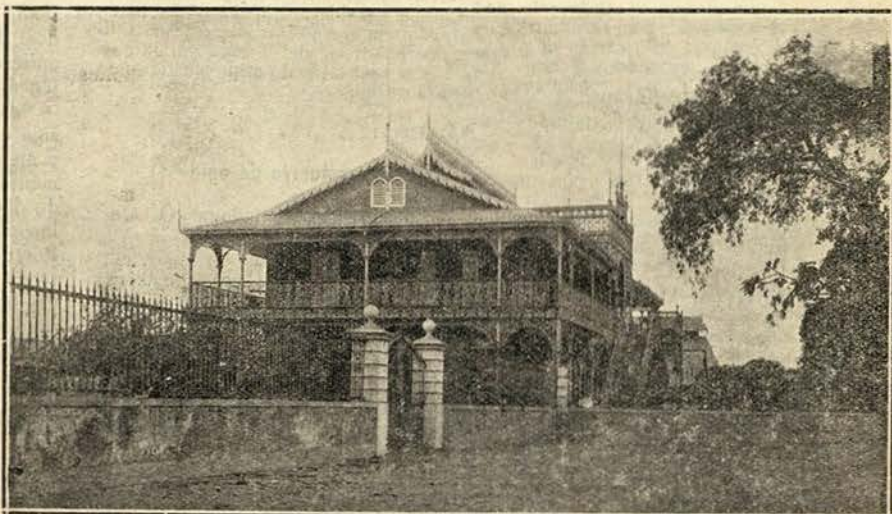
Importação e Exportação

directa das suas cas as em **ÁFRICA** de todos os produtos de **ANGOLA** (Africa Ocidental Portuguesa)

Café, Cacau,
Coconote, Óleo de
palma, Urzela,
Borracha, Cera de
abelha Goma
copal, Marfim etc.

Em deposito para
fornecimentos:

Fazendas, Quinquilharias,
Géneros alimentícios, Fer-
ramentas, Vinhos, Óleos e
variadissimos artigos da in-
dustria nacional e estran-
geira



DEPENDENCIAS DE LOANDA

P. Santos Gil, Limitada

Importadores de Material Telegrafico e Material Ferro-Viário de toda a espécie:

LOCOMOTIVAS, ZORRAS AUTOMÓVEIS, CARRUAGENS, TRACTORES AGRICOLAS, ETC.

Conserva stocks permanentes para entrega imediata

FABRICANTES | *Hoppel Industrial Car & Equipment Co., Ltd.*
Pennsylvania Car and Manufacturing Comp.^a

Secção de construções

Ladrilhos e Azulejos em lindos desenhos e cores
Murais «Murios», preservativos de madeiras em
variadas cores, telhas e chapas de asbestos, etc.,
das melhores marcas.

Secção de Madeiras

Possuimos em armazem, para entrega imediata,
madeiras da Provincia das melhores qualidades, em
pranchões, barrotos e taboas, assim como travessas
para caminhos de ferro, paus para minas, etc.

Secção de Productos

Compramos e exportamos toda a qualidade de
productos da Provincia, tais como: Milho, Mapira,
Copra, Amendoim etc.

Estancias e Armazens Alfandegados ao Kilo-
metro 1 para Deposito de Mercadorias.

Officinas de Serração, Fabrica de Mobílias,
Portas, Janelas, Aros, etc. movidas a Electricidade.

TELEFONES | Escritorio 400
Estancia 493

LOURENÇO MARQUES

COTAÇÕES

TITULOS

TITULOS	Em 25 de Out. de 1924			Em 1 de Nov. de 1924			TITULOS	Em 25 de Out. de 1924			Em 1 de Nov. de 1924					
	OFERTAS			OFERTAS				OFERTAS			OFERTAS					
	Efectuado	Dinheiro	papel	Efectuado	Dinheiro	papel		Efectuado	Dinheiro	papel	Efectuado	Dinheiro	papel			
Div. interna fundada																
As. tit. 20.000\$00	—	—	—	—	—	—	Companhias	—	—	—	—	—	—			
As. tit. 1.000\$00	—	—	33,	32,80	—	33,		Caminhos de ferro :	—	—	17\$00	—	—	17\$00		
As. tit. 500\$00	—	30,	—	30,70	30,	—			Nacional.....	—	—	—	—	—	—	
As. tit. 100\$00	—	30,	—	30,	30,	—			Beira Alta.....	—	40\$00	—	—	40\$00	—	
Coupon tit. 1.000\$00	—	—	32,	31,80	—	31,70			Coloniais :	—	—	—	—	—	—	
Coupon tit. 500\$00	—	30,	—	29,	—	—				Uçucar de Augola.....	151\$00	150\$00	—	154\$00	154\$00	155\$00
Coupon tit. 100\$00	—	30,	—	29,	—	—				Agric. Bela Vista.....	70\$00	70\$00	80\$00	74\$00	72\$00	—
Emp. 3 0/10 1905	—	—	9\$00	—	—	9\$50				Cazengo.....	430\$00	430\$00	—	—	420\$00	—
Emp. 4 0/10 1888	—	—	—	15,00	15\$00	15\$50				Agric. Ganda, Soc.....	160\$00	160\$00	—	—	163\$00	167\$00
Emp. 4 0/10 1890 c.	—	—	32\$00	—	29\$00	—				Agric. Principe, E.....	—	9\$00	10\$00	10\$80	10\$80	—
Emp. 4 1/2 1888-89 as	—	—	34\$00	—	32\$00	34\$00				Agric. Ultramarina.....	—	—	170\$00	—	—	—
Emp. 4 1/2 1888-89 c.	—	—	32\$00	—	33\$00	—				Agric. Colonial Soc.....	—	232\$00	240\$00	—	—	—
Emp. 4 1/2 1912 ouro.	—	—	600\$00	—	550\$00	575\$00				Amboim.....	70\$00	—	72\$00	79\$50	—	80\$00
Emp. 5 0/10 1909 c.	—	40\$00	—	—	38\$00	—				Boror.....	—	185\$00	205\$00	—	—	—
Emp. 5 0/10 1917 c.	—	—	—	—	39\$00	40\$00				Cabinda.....	4\$35	4\$30	5\$00	5\$00	5\$00	—
Emp. 6 1/2 1923 ouro.	413\$00	—	—	434\$00	—	—	Colonial Buzi.....			139\$00	139\$00	130\$50	—	—	—	
Externas 1ª serie.	453\$00	452\$00	454\$00	445\$00	444\$00	—	Congo Português.....	—		15\$00	20\$00	—	15\$00	20\$00		
Externas 3ª serie.	495\$00	490\$00	495\$00	—	480\$00	—	Ilha do Principe.....	—		35\$50	—	—	370\$00	375\$00		
Cautelas da 3ª serie	—	27\$00	28\$50	—	—	—	Luabo.....	—		—	—	—	—	—		
Obj Div Prov de Angola 3 0/10	—	—	70\$00	—	—	70\$00	Moçambique até ao n.º 1 222.221, inc.	—	—	—	—	—	—			
Ações																
BANCOS :																
Alentejo.....	—	73\$00	—	—	80\$00	—	Obrigações	—	—	10\$00	—	—	10\$00			
Aliança.....	—	57\$00	—	—	58\$00	—		Caminhos de ferro:	—	65\$00	—	—	65\$00	—		
Colonial Português, p.....	—	53\$00	—	64\$00	—	—			Através Africa 5 0/10.....	210\$00	—	—	190\$00	—	—	
Colonial Português, a.....	—	50\$00	—	—	2\$00	—			Beira Alta 3 0/10 2.º grau.	—	—	—	—	—	—	
Colonial Português c.....	56\$00	55\$00	58\$50	69\$00	—	—			Benguela, 5 0/10.....	860\$00	860\$00	—	—	—	—	
Comercial de Lisboa.....	—	2.080\$00	—	300\$00	302\$00	310\$00			Norte e Leste 3 0/10 1.º gr.	—	—	—	—	143\$00	—	
Credito Nacional.....	—	88\$00	90\$00	—	88\$00	—			Norte e Leste 3 0/10 2.º gr.	—	45\$00	—	—	42\$00	—	
Industrial Português c.....	—	88\$00	—	—	5\$00	—			Diversas:	—	—	—	—	—	—	
Industrial Português a.....	—	88\$00	—	—	—	50\$00				Agua 4 1/2 0/10 c.....	—	44\$00	—	—	—	44\$00
Lisboa & Açores.....	450\$00	—	450\$00	450\$00	—	455\$00				Banco Nacional Ultramarino 4 1/2 a.....	—	—	80\$00	—	—	—
Nacional Agricola c.....	—	56\$00	57\$00	69\$00	65\$00	—				Banco Nac. Ultramarino 4 1/2 0/10 c. (ouro).....	—	—	—	—	—	—
Nacional Agricola p.....	53\$00	—	56\$00	—	60\$00	70\$00				Banco Nac. Ultramarino 6 0/10 h.....	—	—	—	—	—	—
Nacional Agricola a.....	—	50\$00	—	—	52\$00	—				—	—	—	—	—	—	—
Minho.....	270\$00	—	272\$00	—	—	270\$00				—	—	—	—	—	—	—
Nac. Ultramarino, a.....	—	202\$00	—	—	—	—				—	—	—	—	—	—	—
Nac. Ultramarino, c.....	218\$00	218\$00	218\$50	236\$00	—	—	—			—	—	—	—	—	—	
Popular Português.....	—	—	23\$00	—	—	23\$00	—	—		—	—	—	—	—		
Portugal.....	775\$00	767\$00	770\$00	843\$00	—	—	—	—		—	—	—	—	—		
Português e Brasileiro.....	94\$00	—	—	—	—	—	—	—		—	—	—	—	—		

Produtos coloniais

Cambios

PRODUCTOS	Quant.	Em 25		PRODUCTOS	Quant.	Em 1		Cotação oficial	Em 26-10-1924		Em 1-11-1924	
		Out. 1924	Nv. 1924			Em 25	Em 1		Compra	Venda	Compra	Venda
Algodão.....	1 k.	14\$00	13\$00	Cocono e de Loanda.....	15 k.	32\$00	33\$00	Londres.....	109\$00	110\$00	108\$00	108\$50
Amido de mandioca.....	»	—	—	Couros limpos.....	»	11\$00	8\$00	Fin de Julho.....	—	—	—	—
Borracha de Ambiz 1.ª.....	»	—	—	Farinha de mandioca.....	»	—	—	Paris.....	1.26	1.28	—	1.26
» 2.ª.....	»	—	—	Fibra de agave.....	»	—	—	Alemanha.....	—	—	—	—
» Loanda e Beng.ª.....	»	6\$00	6\$00	Gergelim.....	»	—	—	Praga.....	—	—	—	—
» e » 2.ª.....	»	—	—	Goma capolo.....	»	—	—	Holanda.....	9.50	9.66	—	9.40
Cacau fino.....	15 k.	75\$00	75\$00	» branca l.ª.....	»	—	—	Madrid.....	3.74	3.29	—	3.23
» paiol.....	»	60\$00	63\$00	» mivta.....	»	—	—	Belgia.....	1.16	1.18	—	1.16
» escolha.....	»	38\$00	38\$00	» preta.....	»	—	—	Italia.....	1.05	1.06	—	1.05
Café Ambriz.....	»	140\$00	145\$00	Marfim de lei.....	»	—	—	Suiça.....	4.61	4.73	—	4.89
» Cazengo.....	»	135\$00	140\$00	» meio.....	»	—	—	Suecia.....	6.40	6.49	—	3.56
» Encoge.....	»	138\$00	142\$00	» escaravelho.....	»	—	—	Nova-York.....	24.10	24.40	—	25.50
» Novo Redondo.....	»	145\$00	150\$00	Milho.....	»	17\$25	16\$50	Brasil.....	2.80	2.78	—	2.89
» S. Tomé.....	»	—	—	» Oleo de palma do Congo.....	»	—	58\$00	Rio de Janeiro.....	—	—	—	—
Cera.....	1 k.	13\$80	13\$50	» » de Loanda.....	»	—	58\$00	Rio de Lisboa.....	—	—	—	—
Coconote do Zaire.....	15 k.	32\$00	33\$00	Ricino.....	»	—	—	Rio.....	—	—	—	—
» da Guiné.....	»	32\$00	33\$00	Tapioca.....	»	—	—	Libras ouro.....	—	—	—	—
								Agio do ouro.....	—	—	—	—

MOVIMENTO MARITIMO

IDA

CHEGADA A

Companhias	VAPORES	SAÍDAS DE	CHEGADA A																							
			Franchal	S. Vicente	S. Tiago	Principe	S. Tomé	Cabinda	Santo Antonio	Ambriz	Loanda	Novo Redondo	Lobito	Benguela	Massambez	Bahia dos T. pres	Porto Alexan- dre	Luizengo Mar- ques	Beira	Moçambique	Porto Amélia	Ibo	India Singapura	Macau	Timor	
Companhia Nacional de Navegação	Moçambique																									
	Beira								6	7	7	12	13	15	17	19	20									
	Africa																									
	Portugal	Lisboa	17 Nov.	21 Nov.	22 Nov.	30 Nov.	1 Dez.	5 Dez.	6 Dez.	7 Dez.	7 Dez.	12 Dez.	13 Dez.	15 Dez.	17 Dez.	19 Dez.	20 Dez.									
	Lour. Marques	Lisboa	3 Dez.				14 Dez.																			
Deutscher Afrika Dienst	Pedro Gomes	Lisboa	17 Dez.	21 Dez.	22 Dez.	30 Dez.	1 Jan.	5 Jan.	6 Jan.	7 Jan.	7 Jan.	12 Jan.	13 Jan.	15 Jan.	17 Jan.	19 Jan.	20 Jan.									
	Nyassa																									
	Wangoni	Lisboa																								
	Ussukuma	Hamburgo																								
	Suton	Lisboa																								
	Tanganjika	Lisboa																								
	Usaramo	Hamburgo																								

REGRESSO

CHEGADA A

Companhias	VAPORES	SAÍDAS DE	CHEGADA A																							
			Moçambique	Beira	Luizengo Mar- ques	Porto Alexan- dre	Bahia dos T. pres	Massambez	Benguela	Lobito	Novo Redondo	Loanda	Ambriz	Santo Antonio	Cabinda	S. Tomé	Principe	S. Tiago	S. Vicente	Franchal	Porto Amélia	Ibo	Macau	Timor	Lisboa	Amsterdã
Companhia Nacional de Navegação	Angola																									
	P. Gomes																									
	Moçambique	Moçambique																								
	Beira	Porto Alex.																								
Deutscher Afrika Dienst	Africa	Moçambique																								
	Usaramo																									
	Adolph Woerm.	Beira																								
	Usambara	Beira																								
	Nyassa	Beira																								
	Wangoni	Beira																								
	Ussukuma	Beira																								
	Sutan	Beira																								
	Tanganjika	Beira																								
	Sto-m-vaart Mollis-happi Neer-land	Kon. der Nederl Jan Pzn. Coen	Singapura																							

8
Nov.
22
Nov

Banco Nacional Ultramarino

Sociedade anónima de Responsabilidade Limitada

BANCO EMISSOR DAS COLÓNIAS

Séde - LISBOA - Rua do Comercio

Agencia - LISBOA - Cais do Sodré

Capital social: Esc. 48.000:00\$000

Capital realizado: Esc. 24.000:000\$00

Reservas: Esc. 34.000:000\$00

FILIAIS NO CONTINENTE - Aveiro, Barcelos, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Chaves, Coimbra, Covilhã, Elvas, Évora, Extremoz, Faro, Figueira da Foz, Guarda, Guimarães, Lamego, Leiria, Ovar, Penafiel, Portalegre, Portimão, Porto, Regua, Santarém, Setúbal, Silves, Torres Vedras, Viana do Castelo, Vila Real de Trás-os-Montes, Vizeu

FILIAIS NAS ILHAS - Funchal (Madeira), Angra do Heroísmo e Ponta Delgada (Açores)

FILIAIS NAS COLÓNIAS - AFRICA OCIDENTAL - S. Vicente de Cabo Verde, S. Tiago de Cabo Verde, Bissau, Bolama, Kinshasa (Congo Belga), S. Tomé, Príncipe, Cabinda, Loanda, Malange, Novo Redondo, Lobito, Benguela, Vila Silva Porto, Mossamedes, Lubango

AFRICA ORIENTAL - Beira, L. Marques, Inhambane, Chinde, Tete, Quelimane, Moçambique e Ibo

INDIA - Nova Gôa, Mormugão e Bombaim (Índia inglesa) CHINA - Macau TIMOR - Dilly

FILIAIS NO BRASIL - Rio de Janeiro, S. Paulo, Pernambuco, Pará e Manaus

FILIAIS NA EUROPA - Londres, 9 Bishopsgate E. - Paris, 8, rue du Helder

AGENCIA NOS ESTADOS UNIDOS - New-York, 93, Liberty Street

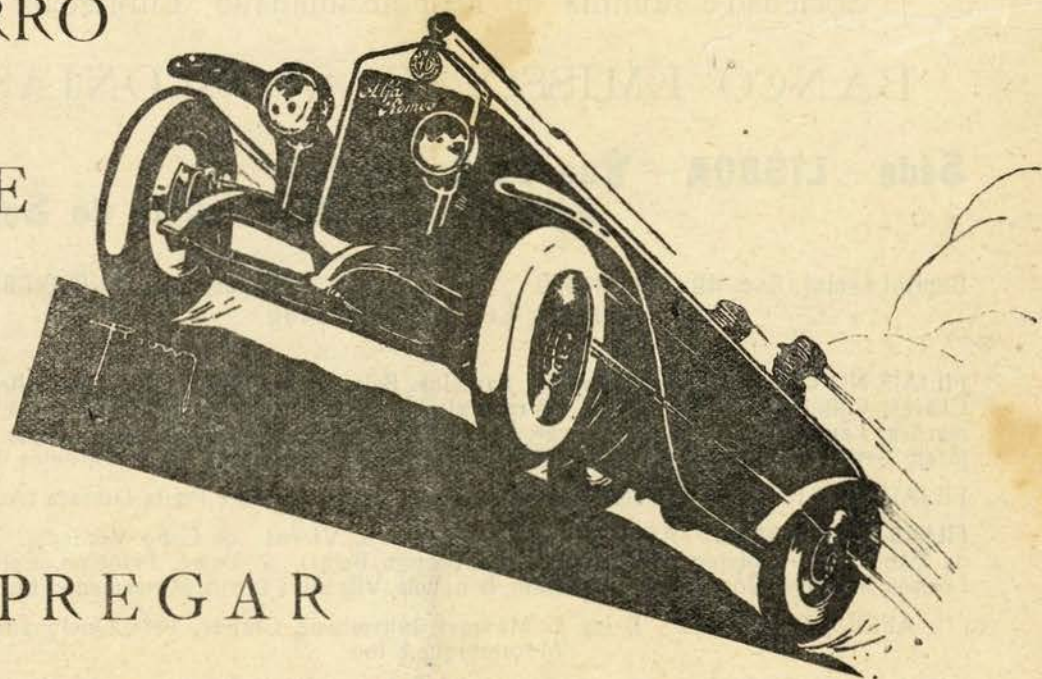
Operações bancárias de toda a espécie no continente, ilhas adjacentes, Colónias, Brasil e restantes países estrangeiros

A VELOCIDADE

NUNCA FALTARA' AO

CARRO

QUE



EMPREGAR

Auto-Gazo

A MELHOR

GAZOLINA

VACUUM OIL COMPANY